



## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. 009/2022

### **Ementa:**

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, e dos servidores do magistério público municipal, conforme especifica.

**Data de Apresentação:** 22/07/2022

**Protocolo:** 34.619

**Autor:** Antonio Takashi Sasada  
Prefeito Municipal



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**  
Estado de São Paulo

**Projeto de Lei Complementar 9/2022**

OFÍCIO Nº. 0586/2022-GAP

Protocolo 34619 Envio em 22/07/2022 14:11:08

Paraguaçu Paulista-SP, 20 de julho de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
José Roberto Baptista Júnior  
Presidente da Câmara Municipal  
Rua Guerino Mateus, 205, Jardim Paulista  
19703-060 Paraguaçu Paulista-SP

**Assunto: Encaminha o Projeto de Lei Complementar nº \_\_\_\_/2022.**

Senhor Presidente:

Encaminhamos à apreciação dessa egrégia Câmara Municipal o referido Projeto de Lei Complementar e sua Justificativa, que “Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, e dos servidores do magistério público municipal, conforme especifica”.

Solicitamos de Vossa Excelência, nos termos do art. 17, inciso XI, da Lei Orgânica do Município, a convocação de sessões extraordinárias para apreciação deste projeto de lei complementar em face da relevância e urgência da matéria.

A natureza relevante reside no fato de se tratar de matéria relacionada aos vencimentos dos servidores públicos municipais.

A urgência, considerando o período de recesso desse Legislativo, decorre da necessidade de se aprovar o reajuste dos vencimentos antes do final deste mês, para que o Departamento Municipal de Recursos Humanos tenha tempo hábil de elaboração da folha de pessoal da competência Julho/2022, a ser paga em 1º de agosto de 2022, e da folha de pessoal em separada das competências Maio e Junho/2022, a ser paga em 2 de agosto de 2022, relativa aos vencimentos retroativos dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde).

Certos da atenção de Vossa Excelência, antecipamos agradecimentos e apresentamos nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

**ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN)**  
Prefeito

ATS/EMS/DRVS/TSC/LTJ/ammm  
OF



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista  
Estado de São Paulo**

**JUSTIFICATIVA**

Projeto de Lei Complementar nº. \_\_\_\_\_, de 20 de julho de 2022.

Senhor Presidente e Nobres Vereadores:

Encaminhamos a essa egrégia Câmara Municipal o presente Projeto de Lei Complementar e sua Justificativa, que “Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, e dos servidores do magistério público municipal, conforme especifica”.

Esta propositura reajusta os vencimentos dos servidores públicos municipais, dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, e dos servidores do magistério público municipal, na seguinte conformidade:

I - com efeitos retroativos a 1º de maio de 2022: os vencimentos dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde ficam reajustados em 48,94% (quarenta e oito inteiros e noventa e quatro centésimos por cento), passando o piso salarial para R\$ 2.424,00 (dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais);

II - a partir de 1º de agosto de 2022:

a) os vencimentos dos servidores públicos municipais ficam reajustados em 6% (seis por cento), passando o piso salarial, Referência 38, para R\$ 1.284,88 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos);

b) os vencimentos dos servidores do magistério público municipal ficam reajustados em 6% (seis por cento), passando o piso salarial, Referência 15, para R\$ 2.409,26 (dois mil quatrocentos e nove reais e vinte e seis centavos).

Os novos valores dos vencimentos constam das Tabelas I e II do Anexo III - Escala de Referência Salarial, e do Anexo VI - Quadro de Pessoal e Vencimentos dos Cargos Efetivos de Agente Comunitário de Saúde, de Agente de Combate às Endemias e de Agente de Saúde, da Lei Complementar nº 058, de 22 de dezembro de 2005, conforme os anexos desta propositura.

A alteração promovida por esta lei complementar se estende aos proventos básicos dos aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Municipal de Seguridade Social (IMSS).

Em relação aos vencimentos dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias, o reajuste proposto atende à Emenda Constitucional nº 120, de 5 de maio de 2022, que acrescentou os §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista  
Estado de São Paulo**

remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias. Atende também às Portarias GM/MS nº 1.971 e nº 2.109, ambas do Ministério da Saúde, expedidas em 30 de junho de 2022, que estabeleceram o piso salarial/vencimentos desses profissionais, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2022. No âmbito municipal, os agentes de saúde também tem o piso salarial fixado no mesmo patamar dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias e, portanto, também serão beneficiados por esta proposta. **Esse reajuste será pago em 1º de agosto de 2022, referente a Competência Julho/2022, e, em folha de pessoal separada, no dia 2 de agosto de 2022, referente às Competências Maio e Junho/2022.**

Em relação aos vencimentos dos servidores públicos municipais, com o intuito de valorizar o funcionalismo e minimizar o impacto da inflação no bolso dos servidores, deliberamos por conceder um **reajuste geral de 6% (seis por cento), a partir de 1º de agosto de 2022 (Competência Agosto/2022), a ser pago na folha de pessoal de 1º de setembro de 2022.** Com esse reajuste, o piso salarial dos servidores (Referência 38), que teve um aumento de 10% (dez por cento) no início do ano, passará de R\$ 1.212,15 (um mil duzentos e doze reais e quinze centavos) para R\$ 1.284,88 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos).

Em relação aos vencimentos dos servidores do magistério público municipal, permanece a indefinição quanto à validade jurídica do reajuste anunciado pelo governo federal no início do ano. Não obstante essa indefinição, com o intuito de valorizar o magistério municipal e minimizar o impacto da inflação no bolso dos servidores, deliberamos por conceder neste momento um **reajuste de 6% (seis por cento) a esses profissionais, a partir de 1º de agosto de 2022 (Competência Agosto/2022), a ser pago na folha de pessoal de 1º de setembro de 2022.** Com esse reajuste, o piso salarial do magistério municipal (Referência 15), que teve um aumento de 5% (cinco por cento) no início do ano, passará de R\$ 2.272,89 (dois mil duzentos e setenta e dois reais e oitenta e nove centavos) para R\$ 2.409,26 (dois mil quatrocentos e nove reais e vinte e seis centavos).

Os impactos orçamentários e financeiros desta propositura constam do demonstrativo anexo, elaborado nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal. **O crédito necessário ao pagamento das despesas decorrentes desta propositura depende da aprovação de outro projeto de lei, em trâmite nesse Legislativo, que trata da autorização para abertura do crédito suplementar respectivo.**

Para tanto, considerada a relevância e urgência da matéria, solicitamos os bons préstimos de Vossa Excelência e dos Nobres Vereadores na apreciação e votação desta propositura.

A natureza relevante reside no fato de se tratar de matéria relacionada aos vencimentos dos servidores públicos municipais.





**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista  
Estado de São Paulo**

A urgência, considerando o período de recesso desse Legislativo, decorre da necessidade de se aprovar o reajuste dos vencimentos antes do final deste mês, para que o Departamento Municipal de Recursos Humanos tenha tempo hábil de elaboração da folha de pessoal da competência Julho/2022, a ser paga em 1º de agosto de 2022, e da folha de pessoal em separada das competências Maio e Junho/2022, a ser paga em 2 de agosto de 2022, relativa aos vencimentos retroativos dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde.

Na oportunidade, antecipamos agradecimentos a Vossa Excelência e aos Nobres Vereadores na apreciação e votação desta propositura.

Atenciosamente.

**ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN)**  
Prefeito



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista  
Estado de São Paulo**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº. \_\_\_\_, DE 20 DE JULHO DE 2022

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, e dos servidores do magistério público municipal, conforme especifica.

**A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA  
APROVA:**

Art. 1º Esta lei complementar reajusta os vencimentos dos servidores públicos municipais, dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, e dos servidores do magistério público municipal, na seguinte conformidade:

I - com efeitos retroativos a 1º de maio de 2022: os vencimentos dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde ficam reajustados em 48,94% (quarenta e oito inteiros e noventa e quatro centésimos por cento), passando o piso salarial para R\$ 2.424,00 (dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais);

II - a partir de 1º de agosto de 2022:

a) os vencimentos dos servidores públicos municipais ficam reajustados em 6% (seis por cento), passando o piso salarial, Referência 38, para R\$ 1.284,88 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos);

b) os vencimentos dos servidores do magistério público municipal ficam reajustados em 6% (seis por cento), passando o piso salarial, Referência 15, para R\$ 2.409,26 (dois mil quatrocentos e nove reais e vinte e seis centavos).

Art. 2º Os novos valores dos vencimentos constam das Tabelas I e II do Anexo III - Escala de Referência Salarial, e do Anexo VI - Quadro de Pessoal e Vencimentos dos Cargos Efetivos de Agente Comunitário de Saúde, de Agente de Combate às Endemias e de Agente de Saúde, da Lei Complementar nº 058, de 22 de dezembro de 2005, conforme os anexos desta lei complementar.

Art. 3º A alteração promovida por esta lei complementar se estende aos proventos básicos dos aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Municipal de Seguridade Social (IMSS).

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei complementar correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista  
Estado de São Paulo**

*Projeto de Lei Complementar nº \_\_\_\_\_, de 20 de julho de 2022 ..... Fls. 2 de 5*

Art. 5º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 2022.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista-SP, 20 de julho de 2022.

**ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN)**  
Prefeito

ATS/EMS/DRVS/TSC/LTJ/ammm  
PLC



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista  
Estado de São Paulo**

Projeto de Lei Complementar nº \_\_\_\_\_, de 20 de julho de 2022 ..... Fls. 3 de 5

**“ANEXO III  
ESCALA DE REFERÊNCIA SALARIAL  
Lei Complementar nº 058, de 22 de dezembro de 2005**

Tabela I – Servidores Públicos Municipais				
Referência	Valor (R\$)		Referência	Valor (R\$)
--	--		57	2.041,59
--	--		58	2.094,01
--	--		59	2.148,15
--	--		60	2.204,14
38	1.284,88		61	2.262,11
39	1.304,55		62	2.322,20
40	1.337,90		63	2.384,52
41	1.371,93		64	2.449,31
42	1.406,78		65	2.516,72
43	1.442,21		66	2.587,01
44	1.478,54		67	2.660,42
45	1.515,65		68	2.737,21
46	1.553,69		69	2.817,78
47	1.592,48		70	2.902,49
48	1.632,28		71	2.991,86
49	1.673,06		72	3.175,87
50	1.714,88		73	3.359,89
51	1.757,76		74	3.544,89
52	1.801,80		75	3.700,91
53	1.847,08		76	3.863,68
54	1.893,60		77	4.037,66
55	1.941,48		78	4.258,25
56	1.990,78		79	4.372,08

Notas:

- (1) Vigência: a partir de 01/08/2022
- (2) Percentual de atualização das referências salariais: 6%.
- (3) Referência salarial básica: 38
- (4) Valor do piso salarial: R\$ 1.284,88



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**  
**Estado de São Paulo**

*Projeto de Lei Complementar nº \_\_\_\_\_, de 20 de julho de 2022 ..... Fls. 4 de 5*

Tabela II – Profissionais do Magistério Público Municipal	
Referência	Valor (R\$)
15	2.409,26
16	2.451,19
17	2.556,85
18	2.667,78
19	2.784,24
20	2.906,55
21	3.034,97
22	3.169,81
23	3.311,38
24	3.460,03
25	3.616,13
26	3.780,01
27	3.952,09
28	4.132,80
29	4.322,52
30	4.521,72

Notas:

- (1) Vigência: a partir de 01/08/2022
- (2) Percentual de atualização das referências: 6%.
- (3) Valor da referência salarial básica (15): R\$ 2.409,26" (NR)



**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista  
Estado de São Paulo**

*Projeto de Lei Complementar nº \_\_\_\_\_, de 20 de julho de 2022 ..... Fls. 5 de 5*

**“ANEXO VI**

**QUADRO DE PESSOAL E DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS DE  
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, DE AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS  
E DE AGENTE DE SAÚDE**

**Lei Complementar nº 058, de 22 de dezembro de 2005**

Quantidade	Denominação	2022 / Vencimentos – R\$
26	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	2.424,00
59	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	2.424,00
31	AGENTE DE SAÚDE	2.424,00

**Notas:**

- (1) Vigência: a partir de 01/05/2022
- (2) Percentual de atualização das referências: 48,94%.
- (3) Valor do piso salarial: R\$ 2.424,00
- (4) O piso salarial constante desta tabela será reajustado, anualmente, em 1º de janeiro.” (NR)





**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista  
Estado de São Paulo**

**ANEXO I**

**SOLICITAÇÃO DE ANÁLISE E DELIBERAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO OU AUMENTO DE DESPESA  
(LRF, arts. 16 e 17)**

MEMORANDO - \_\_\_/2022 - Saúde

DE: Departamento de Saúde

PARA: Departamento de Planejamento

OBJETO: Análise e deliberação acerca da criação ou aumento de despesa, para atendimento do art. 16 ou art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF).

JUSTIFICATIVA: Reajuste dos vencimentos dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde.

Tabela 1 – Tipo, Descrição, Quantitativo, Especificação e Valor Mensal da Nova Despesa		
Tipo de Ação		Criação, Expansão ou Aperfeiçoamento de Ação Governamental (LRF, art. 16)
	X	Despesa Obrigatória de Caráter Continuado derivada de Lei ou Ato Administrativo Normativo com execução superior a dois exercícios (LRF, art. 17)
Descrição	Reajuste dos vencimentos dos servidores públicos da Prefeitura.	
Data de Início Prevista	07/2022	
Quant.	Especificação da Despesa Pré-operacional¹	Valor (R\$)
		--
	(a) Subtotal	
Quant.	Especificação da Despesa Operacional²	Valor (R\$)
1	Reajuste dos vencimentos dos agentes (Portaria 2.109 e 1.971)	R\$ 1.297.264,14
	(b) Subtotal	R\$ 1.297.264,14
	(c) Total (a+b)	R\$ 1.297.264,14

Tabela 2 - Estimativa Trienal da Nova Despesa <sup>3</sup>			
Mês	2022 (R\$)	2023 (R\$)	2024 (R\$)
Janeiro	-	R\$ 144.140,46	R\$ 144.140,46
Fevereiro	-	R\$ 144.140,46	R\$ 144.140,46
Março	-	R\$ 144.140,46	R\$ 144.140,46
Abril	-	R\$ 144.140,46	R\$ 144.140,46
Maio	-	R\$ 144.140,46	R\$ 144.140,46
Junho	-	R\$ 144.140,46	R\$ 144.140,46
Julho	*R\$ 432.421,38	R\$ 144.140,46	R\$ 144.140,46
Agosto	R\$ 144.140,46	R\$ 144.140,46	R\$ 144.140,46
Setembro	R\$ 144.140,46	R\$ 144.140,46	R\$ 144.140,46
Outubro	R\$ 144.140,46	R\$ 144.140,46	R\$ 144.140,46
Novembro	R\$ 144.140,46	R\$ 144.140,46	R\$ 144.140,46
Dezembro	R\$ 288.280,92	R\$ 288.280,92	R\$ 288.280,92
Total (R\$)	R\$ 1.297.264,14	R\$ 1.729.685,52	R\$ 1.729.685,52

\*R\$ 144.140,46(Maio) + R\$ 144.140,46 (Junho) + R\$ 144.140,46 (Julho) = R\$ 432.421,38

**Observações:**

<sup>1</sup> Despesas com ocorrência no(s) primeiro(os) mês(es) para implementação da ação governamental. Ex.: Despesas de aquisição de mobiliário e equipamentos;

<sup>2</sup> Despesas mensais relativas à manutenção da ação. Ex.: despesa de pessoal, locação de equipamentos, água e energia elétrica devem ser quantificadas e projetadas para cada mês do exercício em que a mesma entrar em vigor e para os dois exercícios subsequentes;

<sup>3</sup> A atualização dos valores de bens e serviços para os períodos seguintes, bem como o aumento dos gastos com pessoal decorrente da revisão geral anual devem sempre ser considerados utilizando um índice de correção. Ex.: IPCA do IBGE.

Paraguaçu Paulista, SP, 19 de Julho de 2022.

  
Egydio Tonini Nogueira Neto  
Diretor de Departamento de Saúde





# MUNICIPIO DE PARAGUACU PAULISTA

Siqueira Campos, 1430, Centro. Paraguacu Paulista-SP

CNPJ: 44.547.305/0001-93

Mês/Ano

06/2022

Folha Mensal

Página 1 de 2

19/07/2022 16:40:59

## Resumo Contábil Geral

Cargo seja qualquer um dos itens a seguir: ('0001', '0203', '0234')

Total de Vencimentos	205.150,01	Total a Empenhar	
Salário Família	872,64	Total de Proventos	272.943,85 (+)
Outras Deduções	65.978,00	Total Patronal	34.748,70 (+)
Horas Extras (3.1.90.16)	943,20	FGTS a Recolher	0,00 (+)
Bolsa de Estudo (3.3.90.18)	0,00	Total de Vantagens	0,00 (+)
Despesa/Receita.Extra (PASEP,...)	0,00	Dedução de Maternidade	0,00 (-)
Sal. Maternidade	0,00	Dedução de Salário Família	0,00 (-)
Benefícios Assistenciais	0,00		307.692,55
Total Bruto	272.943,85	Total de Descontos	
Total de Descontos	103.210,62	Total de Descontos	103.210,62 (+)
Total Líquido	169.733,23	Dedução de Maternidade	0,00 (+)
FGTS a Recolher	0,00	Dedução de Salário Família	0,00 (+)
Valor Ref. a 13º Salário	0,00		103.210,62
Valores Sem 13º Salário	0,00		

Patronal	Bruto		Deduções			Líquido
	Patronal Bruto	Salário Família	Salário Maternidade	Outras Deduções	Patronal Líquido	
Vínculo						
02 Estatutario (IMSS)	34.748,70	0,00	0,00	65.978,00	-31.229,30	
Total	34.748,70	0,00	0,00	65.978,00	-31.229,30	

## Funcionários

Situação	Quantidade
01 - Normal	86
94 - Afastamento por Doença não relacionada ao trabalho	4
Total	90
Quantidade de trabalhadores processados	90

## Proventos

Evento	Descrição	Qtde.	Refer.	Valor	Classificação contábil
001	Salário	87	2.607,00	141.429,75	Salário Base
006	Horas Extras 50%	2	85,00	943,20	Hora Extra
008	Adic Insalubridade 40%	87	880,00	52.915,50	
012	Anuênio	14	122,00	9.927,70	
014	Hora Extra 100%	2	10,00	147,95	
065	Adicional Universitário	7	175,00	2.848,09	
100	Sexta Parte	14	14,00	3.797,50	
171	Sal. Família (judicial)	7	0,00	872,64	Salário Família
241	Gratificação LC 123/2010	10	0,00	1.200,00	
247	Quinquênio	76	150,00	12.189,80	
280	LC 05/1997 - Proc 633-02.2015.8.26.0417	75	137,00	11.132,03	
765	Margem Consignável	90	2.700,00	65.978,00	
790	Cartão PAS	89	0,00	77.063,13	
791	BASE QTDE DE FALTAS JUSTIFICADAS	2	2,00	2,00	
792	BASE PORCENTAGEM TABELA FALTA	90	131,00	8.859,70	
793	BASE QTDE DE FALTAS INJUSTIFICADAS	2	10,00	10,00	
794	BASE QTDE DE AFASTAMENTOS COD	1	29,00	29,00	
836	LC 05/1997	69	135,00	10.969,37	
908	1/3 FERIAS	17	445,00	13.550,34	
909	ABONO PECUNIARIO	1	15,00	1.803,81	
910	1/3 FERIAS ABONO	1	1,00	601,27	
917	Aux Doença	4	93,00	8.728,82	
955	LICENCA-PRÊMIO (PECÚNIA) <P>	1	10,00	1.202,53	
Resumo de Proventos por Classificação					
Sem classificação			5.059,00	282.956,54	
Salário Base			2.607,00	141.429,75	
Hora Extra			85,00	943,20	
Salário Família			0,00	872,64	
Total			7.751,00	426.202,13	




**MUNICIPIO DE PARAGUACU PAULISTA**

Siqueira Campos, 1430, Centro. Paraguacu Paulista-SP

CNPJ: 44.547.305/0001-93

Mês/Ano

06/2022

Folha Mensal

Página 2 de 2

19/07/2022 16:40:59

**Resumo Contábil Geral**

Cargo seja qualquer um dos itens a seguir: ('0001', '0203', '0234')

Descontos				
Evento	Descrição	Qtde.	Refer.	Valor Classificação contábil
138	Empréstimo Santander/Banespa	36	0,00	10.949,01 Receita Extra Despesa Extra
170	Desconto ASP	27	2.700,00	980,10 Receita Extra Despesa Extra
175	Empréstimo N Caixa/B Brasil	1	0,00	260,52 Receita Extra Despesa Extra
181	Associado Sindicato	56	56,00	911,12 Receita Extra Despesa Extra
183	Pensao Alimenticia	1	30,00	363,60 Receita Extra Despesa Extra
213	Empréstimo Caixa Federal	52	0,00	25.442,68 Receita Extra Despesa Extra
214	Infração Transito	1	0,00	26,03 Receita Orçamentária
215	Seguro Vida SINDSERV	5	0,00	138,98 Receita Extra Despesa Extra
218	Pensao Alimenticia	2	0,00	2.293,79 Receita Extra Despesa Extra
248	Convenio UNIMED(Mensalidade)	8	0,00	2.476,62 Receita Extra Despesa Extra
252	Convenio UNIMED (Complemento)	5	0,00	664,42 Receita Extra Despesa Extra
253	Empréstimo Bradesco	1	0,00	43,67 Receita Extra Despesa Extra
254	Cartão ASPCARD	27	27,00	19.486,29 Receita Extra Despesa Extra
259	Contribuição Sindical (Agentes)	8	12,00	195,28 Receita Extra Despesa Extra
283	Empréstimo SICOOBCrediMota	21	0,00	7.181,72 Receita Extra Despesa Extra
284	Convênio FEMA	1	0,00	443,50
651	Falta Justificada	2	2,00	168,17 Valor já descontado do Bruto
652	Falta Injustificada	2	10,00	1.148,28 Valor já descontado do Bruto
920	IRRF - SALARIO	67	600,00	3.394,77 Receita Orçamentária
942	IMSS	90	1.260,00	27.958,52 Receita Extra Despesa Extra
<b>Resumo de Descontos por Classificação</b>				
	Sem classificação		0,00	443,50
	Valor já descontado do Bruto		12,00	1.316,45
	Receita Orçamentária		600,00	3.420,80
	Receita Extra Despesa Extra		4.085,00	99.346,32
	<b>Total</b>		<b>0,00</b>	<b>104.527,07</b>

**Contribuição Previdenciária do Segurado por Vínculo**

Vínculo	Valor
02 - Estatutario (IMSS)	27.958,52
<b>Total</b>	<b>27.958,52</b>

<b>Base de I.R.R.F.</b>	<b>258.171,18</b>	<b>Base de Previdência Total</b>	<b>199.706,61</b>
<b>Base de F.G.T.S.</b>	<b>0,00</b>	<b>Base de Previdência por Vínculo</b>	<b>Valor</b>
		02 - Estatutario (IMSS)	199.706,61

 Projeto de Lei Complementar 9/2022 Protocolo 34619 Envio em 22/07/2022  
 Assinado digitalmente conforme Resolução nº 113, de 06 de julho de 2021, por Antonio Takashi Sasada.  
 Este documento é uma cópia da versão original disponível em: [https://sap1.paraguacupaulista.sp.leg.br/media/sap/public/materialegislativa/2022/18265/18265\\_original.pdf](https://sap1.paraguacupaulista.sp.leg.br/media/sap/public/materialegislativa/2022/18265/18265_original.pdf)





# MUNICIPIO DE PARAGUACU PAULISTA

Siqueira Campos, 1430, Centro. Paraguacu Paulista-SP

CNPJ: 44.547.305/0001-93

Mês/Ano

06/2022

Folha Mensal

Página 1 de 2

18/07/2022 15:58:07

## Resumo Contábil Geral

Cargo seja qualquer um dos itens a seguir: ('0001', '0203', '0234')

Total de Vencimentos	304.132,36	Total a Empenhar	
Salário Família	872,64	Total de Proventos	400.078,34 (+)
Outras Deduções	93.668,53	Total Patronal	51.754,67 (+)
Horas Extras (3.1.90.16)	1.404,81	FGTS a Recolher	0,00 (+)
Bolsa de Estudo (3.3.90.18)	0,00	Total de Vantagens	0,00 (+)
Despesa/Receita.Extra (PASEP,...)	0,00	Dedução de Maternidade	0,00 (-)
Sal. Maternidade	0,00	Dedução de Salário Família	0,00 (-)
Benefícios Assistenciais	0,00		451.833,01
Total Bruto	400.078,34	Total de Descontos	
Total de Descontos	130.508,99	Total de Descontos	130.508,99 (+)
Total Líquido	269.569,35	Dedução de Maternidade	0,00 (+)
FGTS a Recolher	0,00	Dedução de Salário Família	0,00 (+)
Valor Ref. a 13º Salário	0,00		130.508,99
Valores Sem 13º Salário	0,00		

Vínculo	Bruto		Deduções			Líquido	
	Patronal	Bruto	Salário Família	Salário Maternidade	Outras Deduções	Patronal	Líquido
02 Estatutário (IMSS)		51.754,67	0,00	0,00	93.668,53	-41.913,86	
Total		51.754,67	0,00	0,00	93.668,53	-41.913,86	

## Funcionários

Situação	Quantidade
01 - Normal	86
94 - Afastamento por Doença não relacionada ao trabalho	4
Total	90
Quantidade de trabalhadores processados	90

## Proventos

Evento	Descrição	Qtde.	Refer.	Valor	Classificação contábil
001	Salário	87	2.607,00	210.645,60	Salário Base
006	Horas Extras 50%	2	85,00	1.404,81	Hora Extra
008	Adic Insalubridade 40%	87	880,00	73.592,64	
012	Anuênio	14	122,00	14.786,40	
014	Hora Extra 100%	2	10,00	220,35	
065	Adicional Universitário	7	175,00	4.242,00	
100	Sexta Parte	14	14,00	5.656,00	
171	Sal. Família (judicial)	7	0,00	872,64	Salário Família
241	Gratificação LC 123/2010	10	0,00	1.200,00	
247	Quinquênio	76	150,00	18.155,76	
280	LC 05/1997 - Proc 633-02.2015.8.26.0417	75	137,00	16.580,16	
836	LC 05/1997	69	135,00	16.337,76	
908	1/3 FERIAS	17	445,00	19.971,05	
909	ABONO PECUNIARIO	1	15,00	2.686,60	
910	1/3 FERIAS ABONO	1	1,00	895,53	
917	Aux Doença	4	93,00	13.000,72	
955	LICENCA-PRÊMIO (PECÚNIA) <P>	1	10,00	1.791,06	
<b>Resumo de Proventos por Classificação</b>					
Sem classificação			2.187,00	189.116,03	
Salário Base			2.607,00	210.645,60	
Hora Extra			85,00	1.404,81	
Salário Família			0,00	872,64	
<b>Total</b>			<b>4.879,00</b>	<b>402.039,08</b>	

## Descontos

Evento	Descrição	Qtde.	Refer.	Valor	Classificação contábil
138	Empréstimo Santander/Banespa	36	0,00	10.949,01	Receita Extra Despesa Extra
170	Desconto ASP	27	2.700,00	980,10	Receita Extra Despesa Extra
175	Empréstimo N Caixa/B Brasil	1	0,00	260,52	Receita Extra Despesa Extra
181	Associado Sindicato	56	56,00	1.357,44	Receita Extra Despesa Extra




**MUNICIPIO DE PARAGUACU PAULISTA**

Siqueira Campos, 1430, Centro. Paraguacu Paulista-SP  
CNPJ: 44.547.305/0001-93

**Mês/Ano**
**06/2022**
**Folha Mensal**

Página 2 de 2

18/07/2022 15:58:07

**Resumo Contábil Geral**

Cargo seja qualquer um dos itens a seguir: ('0001', '0203', '0234')

183	Pensao Alimenticia	1	30,00	363,60	Receita Extra Despesa Extra
213	Emprestimo Caixa Federal	52	0,00	25.442,68	Receita Extra Despesa Extra
214	Infração Transitio	1	0,00	26,03	Receita Orçamentária
215	Seguro Vida SINDSERV	5	0,00	138,98	Receita Extra Despesa Extra
218	Pensao Alimenticia	2	0,00	2.293,79	Receita Extra Despesa Extra
248	Convenio UNIMED(Mensalidade)	8	0,00	2.476,62	Receita Extra Despesa Extra
252	Convenio UNIMED (Complemento)	5	0,00	664,42	Receita Extra Despesa Extra
253	Emprestimo Bradesco	1	0,00	43,67	Receita Extra Despesa Extra
254	Cartão ASPCARD	27	27,00	19.486,29	Receita Extra Despesa Extra
259	Contribuição Sindical (Agentes)	8	12,00	290,88	Receita Extra Despesa Extra
283	Emprestimo SICOBCrediMota	21	0,00	7.181,72	Receita Extra Despesa Extra
284	Convênio FEMA	1	0,00	443,50	
651	Falta Justificada	2	2,00	250,48	Valor já descontado do Bruto
652	Falta Injustificada	2	10,00	1.710,26	Valor já descontado do Bruto
920	IRRF - SALARIO	87	1.385,00	16.446,30	Receita Orçamentária
921	IRRF - FERIAS	1	7,50	21,83	Receita Orçamentária
942	IMSS	90	1.260,00	41.641,61	Receita Extra Despesa Extra
<b>Resumo de Descontos por Classificação</b>					
	Sem classificação		0,00	443,50	
	Valor já descontado do Bruto		12,00	1.960,74	
	Receita Orçamentária		1.392,50	16.494,16	
	Receita Extra Despesa Extra		4.085,00	113.571,33	
	<b>Total</b>		<b>0,00</b>	<b>132.469,73</b>	

**Contribuição Previdenciária do Segurado por Vínculo**

Vínculo	Valor
02 - Estatutario (IMSS)	41.641,61
<b>Total</b>	<b>41.641,61</b>

<b>Base de I.R.R.F.</b>	<b>379.268,19</b>
<b>Base de F.G.T.S.</b>	<b>0,00</b>

<b>Base de Previdência Total</b>	<b>297.443,66</b>
<b>Base de Previdência por Vínculo</b>	<b>Valor</b>
02 - Estatutario (IMSS)	297.443,66





## Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

### ANEXO II – Análise e Deliberação sobre a Criação ou Aumento de Despesa

MEMORANDO nº. 31/2022- Depto de Planejamento

DE: Depto de Saúde

PARA: Depto de Recursos Humanos

OBJETO: Análise e deliberação acerca da criação ou aumento de despesa, para atendimento do art. 16 ou art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF).

### 1 IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO (arts. 16, 17, 19, 20, 21 e 22, LRF)

Tabela 1 - Estimativa Trienal do Impacto da Nova Despesa (art. 16, I, LRF)

Especificação	2022	2023	2024
(a) Superavit ou Deficit Financeiro do Exercício Anterior (= Balanço)	7.649.735,41	3.000.000,00	2.500.000,00
(b) Receita Prevista (= LOA atual)	190.777.954,00	216.755.523,49	223.258.189,19
(c) Disponibilidade Financeira (a+b)	198.427.689,41	219.755.523,49	225.758.189,19
(d) Despesa (= valor informado UR)	<b>1.297.264,14</b>	<b>1.729.685,52</b>	<b>1.729.685,52</b>
(e) Impacto Orçamentário% [(d/b)*100]	0,68%	0,79%	0,77%
(f) Impacto Financeiro% [(d/c)*100]	0,65%	0,78%	0,76%

Premissas (art. 16, § 2º):

- i - Superavit ou Deficit Financeiro do Exercício Anterior: R\$ 7.649.735,41
- ii - Receita Prevista na LOA atual: R\$ 190.777.954,00
- iii - Valor da Nova Despesa: cf Solicitação do Departamento
- iv - Início de Vigência da Nova Despesa: 07/2022; Metodologia de Cálculo (art. 16, § 2º):
  - i - Superavit ou Deficit Financeiro: Valor estimado no Balanço do exercício anterior.
  - ii - Receita Prevista: Valor obtido na LOA vigente.
  - iii - Disponibilidade Financeira: Superavit ou Deficit Financeiro somada à Receita Prevista na LOA atual.
  - iv - Impacto Orçamentário%: Valor Despesa dividido pela Receita Prevista na LOA multiplicado por 100.
  - v - Impacto Financeiro%: Valor Despesa dividido pela Disponibilidade Financeira multiplicado por 100.

Tabela 2 – Estimativa do Impacto da Despesa Total com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (arts. 19, 20, 21 e 22, LRF)<sup>1</sup>

Especificação	(A) Acumulada nos últimos 12 meses (R\$)	(B) Estimada para os próximos 12 meses (R\$)	(B – A) Impacto (R\$)
(a) Despesa Total com Pessoal (DTP) <sup>2</sup>	R\$ 77.334.236,60	R\$ 79.063.922,12	R\$ 1.729.685,52
(b) Receita Corrente Líquida (RCL) <sup>3</sup>	R\$ 181.079.936,35	R\$ 182.500.000,00	R\$ 1.420.063,65
(c) % Despesa Total com Pessoal (DTP) sobre a RCL = [(a/b)*100]	42,70%	43,32%	-
(d) Limite Máximo (art. 20, III, b, LRF) – 54,00% = [(b*54)/100]	R\$ 97.783.165,63	R\$ 98.550.000,00	-
(e) Limite Prudencial (art. 22, parágrafo único, LRF) – 51,30% = [(b*51,3)/100]	R\$ 92.894.007,35	R\$ 93.622.500,00	-

Premissas e Metodologia de Cálculo:

<sup>1</sup> Tabela 2 a ser preenchida quando da criação ou aumento de despesa com pessoal.

<sup>2</sup> DTP acumulada 12 meses e RCL acumulada e estimada 12 meses: obter informações no Setor de Contabilidade.

<sup>3</sup> DTP estimada 12 meses = DTP acumulada 12 meses + Valor Mensal da Nova Despesa x 12 meses (valor informado pela UR)

Tabela 3 – Estimativa do Impacto da Nova Despesa sobre as Metas Fiscais (art. 17, §§ 2º ao 5º, LRF)

Especificação	2022	2023	2024
(a) Resultado Primário (Anexo de Metas Fiscais da LDO)	R\$ 2.826.500,00	R\$ 7.500.000,00	R\$ 7.725.000,00
(b) Resultado Nominal (Anexo de Metas Fiscais da LDO)	R\$ 9.000.000,00	R\$ 10.750.000,00	R\$ 11.072.500,00





**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**  
**Estado de São Paulo**

(c) Impacto da despesa criada ou aumentada sobre as despesas fiscais do exercício atual (= Tabela 1, d)	<b>1.297.264,14</b>	<b>1.729.685,52</b>	<b>1.729.685,52</b>
(d) Impacto do(s) mecanismo(s) de compensação nos períodos seguintes:	<b>1.297.264,14</b>	<b>1.729.685,52</b>	<b>1.729.685,52</b>
(d.1) aumento permanente da receita <sup>1</sup>	<b>1.297.264,14</b>	<b>1.729.685,52</b>	<b>1.729.685,52</b>
(d.2) redução permanente da despesa <sup>2</sup>	-	-	-
(e) Resultado Primário com o impacto da despesa criada ou aumentada [(a-c)+d.1] ou [(a-c)+d.2]	R\$ 2.826.500,00	R\$ 7.500.000,00	R\$ 7.725.000,00
(f) Resultado Nominal com o impacto da criada ou aumentada [(b-c)+d.1] ou [(b-c)+d.2]	R\$ 9.000.000,00	R\$ 10.750.000,00	R\$ 11.072.500,00

**Premissas:**

- <sup>1</sup> Anexar comprovante do mecanismo de aumento permanente da receita e preencher a Tabela 4, a. Considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição (art. 17, § 3º, LRF).
- <sup>2</sup> Anexar cópia do Anexo de Riscos Fiscais da LDO atual - Margem Líquida de Expansão de DOCC, se tiver saldo, ou Anexar comprovante do mecanismo de redução permanente da despesa e preencher a Tabela 4, b.
- <sup>3</sup> Mecanismo(s) de compensação (aumento ou redução permanente de despesa): A despesa de que trata o art. 17 da LRF não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º do art. 17 da LRF, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar (art. 17, §§ 2º e 5º, LRF).

**Tabela 4 – Mecanismo de Compensação dos Efeitos Financeiros da Nova Despesa, nos Períodos Seguintes (art. 17, §§ 2º ao 5º, LRF)**

Mecanismo de Compensação	Especificação	2022	2023
(a) aumento permanente da receita <sup>1</sup>	-	<b>1.297.264,14</b>	<b>1.729.685,52</b>
(b) redução permanente da despesa <sup>2</sup>	-	-	-

**Premissas e Metodologia de Cálculo:**

- <sup>1</sup> Anexo, o comprovante do mecanismo de aumento permanente da receita.
- <sup>2</sup> O montante de despesa criada ou aumentada será compensada com a redução permanente da despesa geral do Município, observadas as disposições da LDO e devidamente impactadas nos orçamentos dos exercícios seguintes, conforme cópia anexa do Anexo de Riscos Fiscais da LDO atual - Margem Líquida de Expansão de DOCC; ou, Anexo, o comprovante do mecanismo de redução permanente da despesa geral do Município.

**Tabela 5 – Adequação Orçamentária e Financeira com a LOA e Origem dos Recursos (art. 16, II, e art. 17, § 1º, LRF)**

FR <sup>1</sup>	Dotação <sup>2</sup>	Natureza da Despesa <sup>3</sup>	Valor (R\$)
01,02,05	Pessoal e Encargos	3.1.9X.XX	<b>R\$ 1.297.264,14</b>
		(a) Saldo Atual da Dotação	R\$ 43.500.025,69
		(b) Alteração de Dotação	R\$ 13.074.940,71
		(c) Dotação Prevista na LOA	R\$ 82.113.626,05
		(d) Despesa realizada até o momento [(c+b)-a]	R\$ 51.688.541,07
		(e) Despesa a realizar	R\$ 40.173.569,70
		(f) Nova Despesa (Tabela 1, d)	R\$ 1.276.125,12
		(g) Saldo Estimado da Dotação [a-(e+f)]	<b>R\$ 2.050.330,87</b>
		(h) Receita Corrente Líquida (RCL) últimos 12 meses	R\$ 181.079.936,35
		(i) % Nova Despesa / RCL [(f/h)*100]	0,70%
Situação	( X ) Adequada (se f > R\$ 0,00) ( ) Inadequada (se f < R\$ 0,00) ( ) Irrelevante (se h < 2%)	Há dotação específica e suficiente (ou abrangida por crédito genérico) para atendimento de todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, conforme os limites estabelecidos para o exercício.  Ressalva-se do disposto no art. 16 da LRF a despesa cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite de 2% da Receita	





**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista  
Estado de São Paulo**

	Corrente Líquida, considerada irrelevante nos termos da lei de diretrizes orçamentárias. (LDO 2017, art. 14)
--	--

Premissas:

\* (b) Alteração de Dotação=R\$ 2.655.280,71.(alteração até 19/07) +10.419.660,00 (projeto de lei)

<sup>1</sup> FR (Fonte de Recursos): 01 Tesouro; 02 Transferências e Convênios Estaduais – Vinculados; 03 Recursos Próprios de Fundos Especiais de Despesa – Vinculados; 04 Recursos Próprios da Administração Indireta; 05 Transferências e Convênios Federais – Vinculados; e 06 Outras Fontes de Recursos.

<sup>2</sup> Dotação: Toda e qualquer verba prevista como despesa em orçamentos públicos destinado a fins específicos que possui codificação específica presente na LOA.

<sup>3</sup> Natureza da Despesa: conjunto de informações que formam o código é conhecido como classificação por natureza de despesa e informa a categoria econômica, o grupo a que pertence a despesa, a modalidade de aplicação e seu elemento.

**Tabela 6 – Compatibilidade com o PPA e com a LDO (art. 16, II, LRF)**

Instrumento	Programa	Funcional Programática <sup>1</sup>	Saldo Disponível(R\$)	Nova Despesa (R\$)
PPA 2022	*	*	*	*
LDO 2022	*	*	*	*
Situação	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Compatível <sup>2</sup> A despesa está conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos no PPA e LDO e não infringe qualquer de suas disposições. <input type="checkbox"/> ( ) Não Compatível			

Observações:

<sup>1</sup> Funcional Programática: classificação da despesa que combina a classificação funcional com a classificação programática.

<sup>2</sup> Compatível com o PPA e LDO: a despesa faz parte de um dos programas inseridos no PPA e não contraria nenhuma das disposições da LDO, especialmente o Anexo de Metas de Resultados Fiscais.

\*Despesa está em vários programas dentro do orçamento da saúde

## 2 DELIBERAÇÃO

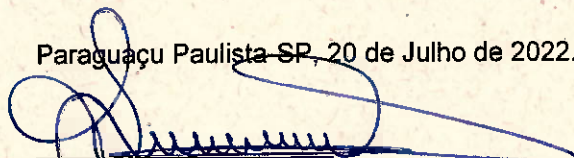
Considerando a análise realizada, informa-se que, a criação ou aumento da despesa:

- (X) TEM..... ( ) NÃO TEM..... adequação orçamentária e financeira com a LOA.  
 (X) É..... ( ) NÃO É..... compatível com o PPA e LDO.  
 (X) NÃO AFETARÁ.....(X) AFETARÁ.....as metas de resultados fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO.  
 ( ) Ressalva-se do disposto no art. 16 da LRF, pois, é considerado irrelevante, nos termos da LDO.

E delibera-se por:

- (X) SUGERIR o encaminhamento ao Ordenador de Despesa para deliberação final.  
 ( ) RETORNAR à Unidade Requisitante, pois, será necessária promover a adequação orçamentária e financeira da despesa com a LOA vigente; por meio da(s) seguinte(s) medida(s):  
     ( ) reduzir outra(s) despesa(s), (anexar comprovante);  
     ( ) suplementar dotação com recursos decorrentes de excesso de arrecadação do corrente ano;  
     ( ) suplementar dotação com recursos provenientes de superavit do exercício anterior;  
     ( ) abrir crédito especial, pois, o(a) projeto/atividade não está previsto(a) na LOA<sup>1</sup>.  
 ( ) RETORNAR à Unidade Requisitante, pois, será necessário compatibilizar a despesa com o PPA e com a LDO, por meio da inclusão prévia do projeto/atividade nas peças de planejamento.

Paraguaçu Paulista-SP, 20 de Julho de 2022.

  
 Tatiani dos Santos Correa  
 Depto de Planejamento





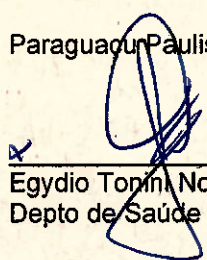
**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista  
Estado de São Paulo**

**3 CIENTE DA UNIDADE REQUISITANTE**

Considerando a(s) deliberação(ões) da Unidade Contábil, Declaro, para os devidos fins, que estou ciente das medidas a serem tomadas no seguinte caso e:

- ( X ) ENCAMINHO ao Ordenador de Despesa para deliberação final.
- ( ) AUTORIZO a Unidade Contábil a promover as medidas sugeridas.
- ( ) NÃO AUTORIZO a Unidade Contábil a promover as medidas sugeridas e arquivo o processo.

Paraguaçu Paulista-SP, 20 de Julho de 2022.

  
Egydio Tonini Nogueira Neto  
Depto de Saúde



## Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

### ANEXO III – Declaração do Ordenador de Despesa (art. 16, II)

#### DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA (art. 16, II)

Nos termos do art. 16, Inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, considerando o impacto orçamentário e financeiro elaborado pela Unidade Contábil desta Prefeitura e constante da documentação anexa, na qualidade de Ordenador de Despesa, DECLARO que a criação ou aumento da despesa:

- (X) TEM..... ( ) NÃO TEM.....adequação orçamentária e financeira com a LOA.  
 (X) É..... ( ) NÃO É.....compatível com o PPA e LDO.  
 (X) NÃO AFETARÁ.....( ) AFETARÁ.....as metas de resultados fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO.  
 ( ) Ressalva-se do disposto no art. 16 da LRF, pois, é considerado irrelevante, nos termos da LDO.

Encaminha-se à Unidade competente para as providências finais.

Paraguaçu Paulista-SP, 20 de Julho de 2022.

\_\_\_\_\_  
**Antonio Takashi Sasada**  
 Prefeito Municipal

#### REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Portal da Legislação: Poder Executivo, Brasília, 13 nov. 2017. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)> Acesso em: 13 nov. 2017.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.





**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**  
**Estado de São Paulo**

**ANEXO I**

**SOLICITAÇÃO DE ANÁLISE E DELIBERAÇÃO SOBRE A CRIAÇÃO OU AUMENTO DE DESPESA**  
(LRF, arts. 16 e 17)

MEMORANDO - \_\_/2022 -

DE: Departamento de Recursos Humanos

PARA: Departamento de Planejamento

OBJETO: Análise e deliberação acerca da criação ou aumento de despesa, para atendimento do art. 16 ou art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF).

JUSTIFICATIVA: Reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais e dos servidores do magistério público municipal, a vigorar a partir de 1º de agosto de 2022.

Tabela 1 – Tipo, Descrição, Quantitativo, Especificação e Valor Mensal da Nova Despesa		
Tipo de Ação	Criação, Expansão ou Aperfeiçoamento de Ação Governamental (LRF, art. 16)	
	X	Despesa Obrigatória de Caráter Continuado derivada de Lei ou Ato Administrativo Normativo com execução superior a dois exercícios (LRF, art. 17)
Descrição	Reajuste dos vencimentos dos servidores públicos da Prefeitura.	
Data de Início Prevista	08/2022	
Quant.	Especificação da Despesa Pré-operacional¹	Valor (R\$)
		--
	(a) Subtotal	
Quant.	Especificação da Despesa Operacional²	Valor (R\$)
1	Reajuste dos vencimentos dos servidores municipais	R\$ 2.771.698,80
	(b) Subtotal	R\$ 2.771.698,80
	(c) Total (a+b)	R\$ 2.771.698,80

Tabela 2 - Estimativa Trienal da Nova Despesa³			
Mês	2022 (R\$)	2023 (R\$)	2024 (R\$)
Janeiro	-	R\$ 461.949,80	R\$ 461.949,80
Fevereiro	-	R\$ 461.949,80	R\$ 461.949,80
Março	-	R\$ 461.949,80	R\$ 461.949,80
Abril	-	R\$ 461.949,80	R\$ 461.949,80
Maio	-	R\$ 461.949,80	R\$ 461.949,80
Junho	-	R\$ 461.949,80	R\$ 461.949,80
Julho	-	R\$ 461.949,80	R\$ 461.949,80
Agosto	R\$ 461.949,80	R\$ 461.949,80	R\$ 461.949,80
Setembro	R\$ 461.949,80	R\$ 461.949,80	R\$ 461.949,80
Outubro	R\$ 461.949,80	R\$ 461.949,80	R\$ 461.949,80
Novembro	R\$ 461.949,80	R\$ 461.949,80	R\$ 461.949,80
Dezembro	R\$ 923.899,60	R\$ 923.899,60	R\$ 923.899,60
Total (R\$)	R\$ 2.771.698,80	R\$ 6.005.347,40	R\$ 6.005.347,40

Observações:

¹ Despesas com ocorrência no(s) primeiro(os) mês(es) para implementação da ação governamental. Ex.: Despesas de aquisição de mobiliário e equipamentos;

² Despesas mensais relativas à manutenção da ação. Ex.: despesa de pessoal, locação de equipamentos, água e energia elétrica devem ser quantificadas e projetadas para cada mês do exercício em que a mesma entrar em vigor e para os dois exercícios subsequentes;

³ A atualização dos valores de bens e serviços para os períodos seguintes, bem como o aumento dos gastos com pessoal decorrente da revisão geral anual devem sempre ser considerados utilizando um índice de correção. Ex.: IPCA do IBGE.

Paraguaçu Paulista-SP, 19 de Julho de 2022.

Emerson Martins dos Santos  
Diretor de Recursos Humanos





# MUNICIPIO DE PARAGUACU PAULISTA

Siqueira Campos, 1430, Centro. Paraguacu Paulista-SP

CNPJ: 44.547.305/0001-93

Mês/Ano

06/2022

Folha Mensal

Página 1 de 3

19/07/2022 18:49:56

## Resumo Contábil Geral

Total de Vencimentos	3.925.365,06	Total a Empenhar	
Salário Família	18.744,16	Total de Proventos	5.138.222,20 (+)
Outras Deduções	1.072.430,34	Total Patronal	789.494,47 (+)
Horas Extras (3.1.90.16)	100.740,68	FGTS a Recolher	24.605,16 (+)
Bolsa de Estudo (3.3.90.18)	0,00	Total de Vantagens	0,00 (+)
Despesa/Receita Extra (PASEP,...)	0,00	Dedução de Maternidade	3.106,28 (-)
Sal. Maternidade	20.941,96	Dedução de Salário Família	903,52 (-)
Benefícios Assistenciais	0,00		5.948.312,03
Total Bruto	5.138.222,20	Total de Descontos	
Total de Descontos	1.689.502,31	Total de Descontos	1.689.502,31 (+)
Total Líquido	3.448.719,89	Dedução de Maternidade	3.106,28 (+)
FGTS a Recolher	24.605,16	Dedução de Salário Família	903,52 (+)
Valor Ref. a 13º Salário	0,00		1.693.512,11
Valores Sem 13º Salário	24.605,16		

Vínculo	Bruto	Deduções			Líquido
	Patronal Bruto	Salário Família	Salário Maternidade	Outras Deduções	Patronal Líquido
02 Estatutário (IMSS)	666.415,93	0,00	0,00	1.072.430,34	-406.014,41
03 Contrato Temporário	71.164,47	282,35	3.106,28	0,00	67.775,84
05 Estatutário (INSS)	50.586,92	564,70	0,00	0,00	50.022,22
19 INSS (Conselheiro Tutelar)	1.327,15	56,47	0,00	0,00	1.270,68
Total	789.494,47	903,52	3.106,28	1.072.430,34	-286.945,67

## Funcionários

Situação	Quantidade
01 - Normal	1561
94 - Afastamento por Doença não relacionada ao trabalho	54
95 - Afastamento por Licença Maternidade/Paternidade	15
97 - Afastamento sem vencimento/sem remuneração	8
98 - Afastamento com vencimento/remuneração	5
Total	1643
Quantidade de trabalhadores processados	1639

## Proventos

Evento Descrição	Qtde.	Refer.	Valor	Classificação contábil
001 Salário	1577	47.001,00	2.684.417,76	Salário Base
002 Subsidio	5	150,00	6.635,75	Salário Base
005 Subsidios	1	100,00	12.500,00	
006 Horas Extras 50%	202	10.925,00	100.740,68	Hora Extra
008 Adic Insalubridade 40%	286	7.400,00	152.674,48	
012 Anuênio	378	3.308,00	250.641,66	
014 Hora Extra 100%	101	2.388,00	26.564,96	
034 Carga Suplementar	118	0,00	80.384,09	
038 Diferença de Salário	3	0,00	3.008,39	
039 Adicional LC Nº 03/97	43	290,00	8.972,98	
045 Sexta Parte DAE	2	0,00	727,28	
046 Adicional Vigia	5	81,00	18,21	
050 Adicional Noturno	38	2.388,00	3.289,15	
065 Adicional Universitário	376	9.400,00	195.140,07	
074 Gratificacao LC 058/05 - EF	79	5.051,00	122.235,26	
075 Gratificacao	13	0,00	3.523,50	
081 Funcao Gratificada	1	0,00	1.237,38	
086 Gratificacao LC 058/05	49	4.930,00	116.871,79	
089 Adic. Periculosidade PE	17	510,00	6.181,88	
091 Substituicao Eventual	59	0,00	10.270,30	
092 Incentivo P.S.F	16	0,00	16.000,00	
100 Sexta Parte	345	345,00	92.758,80	
102 Gratificacao 20%	4	80,00	969,72	
107 Art 160 LC Nº 02/97	10	0,00	12.068,56	




**MUNICIPIO DE PARAGUACU PAULISTA**

Siqueira Campos, 1430, Centro. Paraguacu Paulista-SP

CNPJ: 44.547.305/0001-93

Mês/Ano

06/2022

Folha Mensal

Página 3 de 3

19/07/2022 18:49:56

**Resumo Contábil Geral**

138	Empréstimo Santander/Banespa	518	0,00	188.025,04	Receita Extra Despesa Extra
170	Desconto ASP	430	43.000,00	15.609,00	Receita Extra Despesa Extra
175	Empréstimo N Caixa/B Brasil	14	0,00	5.056,74	Receita Extra Despesa Extra
181	Associado Sindicato	696	696,00	10.842,18	Receita Extra Despesa Extra
183	Pensao Alimenticia	26	1.101,04	13.344,78	Receita Extra Despesa Extra
213	Empréstimo Caixa Federal	577	0,00	282.159,75	Receita Extra Despesa Extra
214	Infração Transito	16	0,00	750,52	Receita Orçamentária
215	Seguro Vida SINDSERV	53	0,00	1.679,94	Receita Extra Despesa Extra
217	Pensão Alimenticia	1	40,00	542,07	Receita Extra Despesa Extra
218	Pensão Alimenticia	11	233,32	8.066,80	Receita Extra Despesa Extra
222	Pensão Alimenticia	1	30,00	1.729,46	Receita Extra Despesa Extra
223	Pensão Alimenticia	1	30,00	363,64	Receita Extra Despesa Extra
225	Perda hora/aula	1	0,00	134,00	Valor já descontado do Bruto
227	Desconto Judicial	2	20,00	277,08	Receita Extra Despesa Extra
245	Processo Adm(Desconto)	1	58,00	50,00	Valor já descontado do Bruto
246	Cartao PAS (2ª via)	4	0,00	39,60	Receita Orçamentária
248	Convenio UNIMED(Mensalidade)	127	0,00	70.974,54	Receita Extra Despesa Extra
252	Convenio UNIMED (Complemento)	78	0,00	8.328,74	Receita Extra Despesa Extra
253	Empréstimo Bradesco	21	0,00	5.951,76	Receita Extra Despesa Extra
254	Cartão ASPCARD	348	348,00	210.238,62	Receita Extra Despesa Extra
259	Contribuição Sindical (Agentes)	8	12,00	195,28	Receita Extra Despesa Extra
283	Empréstimo SICOBOCrediMota	223	0,00	78.854,19	Receita Extra Despesa Extra
284	Convênio FEMA	4	0,00	1.792,50	
651	Falta Justificada	53	66,00	5.828,97	Valor já descontado do Bruto
652	Falta Injustificada	31	156,00	10.915,69	Valor já descontado do Bruto
919	PREVIDENCIA - INSS	209	1.780,95	46.338,13	Receita Extra Despesa Extra
920	IRRF - SALARIO	907	13.167,50	201.761,84	Receita Orçamentária
921	IRRF - FERIAS	4	30,00	86,51	Receita Orçamentária
928	Saldo Negativo Anterior	4	0,00	4.747,90	Valor já descontado do Bruto
942	IMSS	1419	19.866,00	536.195,95	Receita Extra Despesa Extra
<b>Resumo de Descontos por Classificação</b>					
	Sem classificação		0,00	1.792,50	
	Valor já descontado do Bruto		280,00	26.557,35	
	Receita Orçamentária		13.197,50	202.936,12	
	Receita Extra Despesa Extra		67.157,31	1.484.773,69	
	<b>Total</b>		<b>388,00</b>	<b>1.716.059,66</b>	

**Contribuição Previdenciária do Segurado por Vínculo**

Vínculo	Valor
02 - Estatutario (IMSS)	536.195,95
03 - Contrato Temporário	25.521,36
05 - Estatutário(INSS)	20.086,85
19 - INSS (Conselheiro Tutelar)	729,99
<b>Total</b>	<b>582.534,04</b>

Base de I.R.R.F.	4.915.594,02
Base de F.G.T.S.	307.565,41

<b>Base de Previdência Total</b>	<b>4.362.849,06</b>
<b>Base de Previdência por Vínculo</b>	<b>Valor</b>
02 - Estatutario (IMSS)	3.830.016,46
03 - Contrato Temporário	307.565,41
05 - Estatutário(INSS)	218.631,55
19 - INSS (Conselheiro Tutelar)	6.635,74




**MUNICIPIO DE PARAGUACU PAULISTA**

Siqueira Campos, 1430, Centro. Paraguacu Paulista-SP

CNPJ: 44.547.305/0001-93

Mês/Ano

06/2022

**Folha Mensal**

Página 2 de 3

19/07/2022 18:49:56

**Resumo Contábil Geral**

117	Gratificacao	1	0,00	848,50	
134	Sexta Parte	14	14,00	7.207,84	
135	Gratificação LC 058/05 (SAE/CTA)	11	330,00	6.477,55	
140	Adicional Tempo Servico	12	60,00	768,40	
165	Insalubridade	1	10,00	121,21	
169	Adic Insalubridade 20%	200	2.780,00	56.616,52	
171	Sal. Familia (judicial)	25	0,00	2.908,80	Salário Família
178	Gratificacao LC 058/05 - VA	49	2.318,00	41.313,95	
191	Gratificacao LC 058/05 - CO	37	2.480,00	67.516,53	
192	Dif. LC 058/05	24	0,00	13.202,11	
195	Compl. Salarial	1	0,00	6,28	
210	Abono Permanencia	29	2.900,00	16.314,37	
212	Gratificacao LC 058/05 - EF/CO	30	1.300,00	33.908,06	
240	Gratificação LC 126/2010	14	840,00	10.182,06	
241	Gratificação LC 123/2010	38	0,00	4.480,00	
243	Gratificação LC 112/2009	12	0,00	969,64	
244	Gratificacao Lei 2672/09	2	20,00	242,42	
247	Quinquenio	1103	2.018,00	167.145,81	
251	Gratificação LC 144/11 e 179/15	9	0,00	4.878,86	
262	Diferença Salario(Decisão Judicial)	8	0,00	6.867,26	Salário Base
276	Gratificacao LC 058/05	20	2.260,00	51.367,19	
277	Dif. LC 058/05	16	0,00	14.660,23	
278	Gratificacao LC 058/05 - EF/CO	14	870,00	22.543,67	
279	Funcao Gratificada	2	100,00	1.212,14	
280	LC 05/1997 - Proc 633-02.2015.8.26.0417	1112	2.053,00	171.911,59	
281	LC 05/1997 C.Suplem - Proc	114	192,00	6.474,05	
765	Margem Consignável	1488	44.640,00	1.128.324,67	
790	Cartão PAS	1614	0,00	1.383.965,44	
791	BASE QTDE DE FALTAS JUSTIFICADAS	53	66,00	66,00	
792	BASE PORCENTAGEM TABELA FALTA	1627	2.364,00	160.171,90	
793	BASE QTDE DE FALTAS INJUSTIFICADAS	31	156,00	156,00	
794	BASE QTDE DE AFASTAMENTOS COD	22	576,00	576,00	
816	Anuênio Carga Suplementar	31	232,00	7.824,90	
817	Adicional Universitario Carga Suplementar	90	2.250,00	15.675,37	
818	Sexta Parte Carga Suplementar	28	28,00	3.101,97	
819	Quinquenio Carga Suplementar	114	172,00	5.783,91	
820	Adicional LC Nº 03/97 Carga Suplementar	16	20,00	932,25	
836	LC 05/1997	1168	2.338,00	194.849,36	
837	LC 05/1997 - Carga Suplementar	116	212,00	7.113,49	
903	Sal Maternidade	12	299,00	16.273,04	Salário Maternidade
904	SALARIO FAMILIA	122	170,00	15.835,36	Salário Família
908	1/3 FERIAS	116	2.630,00	91.680,19	
909	ABONO PECUNIARIO	17	300,00	27.848,32	
910	1/3 FERIAS ABONO	17	18,00	9.282,71	
917	Aux Doenca	50	1.326,00	133.023,71	
918	Saldo Negativo Atual	3	3,00	5.690,47	
948	SALARIO MATERNIDADE	4	89,00	4.668,92	Salário Maternidade
955	LICENCA-PRÊMIO (PECÚNIA) <P>	4	70,00	7.217,89	
<b>Resumo de Proventos por Classificação</b>					
	Sem classificação		114.217,00	4.999.691,99	
	Salário Base		47.151,00	2.697.920,77	
	Hora Extra		10.925,00	100.740,68	
	Salário-Família		170,00	18.744,16	
	Salário Maternidade		388,00	20.941,96	
	<b>Total</b>		<b>172.851,00</b>	<b>7.838.039,56</b>	

**Descontos**

Evento	Descrição	Qtde.	Refer.	Valor	Classificação contábil
096	Horas Faltas Valor	97	0,00	4.880,79	Valor já descontado do Bruto
105	Restituicao	1	0,00	297,65	Receita Orçamentária





# MUNICIPIO DE PARAGUACU PAULISTA

Siqueira Campos, 1430, Centro. Paraguacu Paulista-SP

CNPJ: 44.547.305/0001-93

Mês/Ano

06/2022

Folha Mensal

Página 1 de 3

19/07/2022 17:10:47

## Resumo Contábil Geral

Total de Vencimentos	4.241.625,88	Total a Empenhar	
Salário Família	14.518,41	Total de Proventos	5.536.906,93 (+)
Outras Deduções	1.151.442,60	Total Patronal	851.467,73 (+)
Horas Extras (3.1.90.16)	107.121,55	FGTS a Recolher	26.026,87 (+)
Bolsa de Estudo (3.3.90.18)	0,00	Total de Vantagens	0,00 (+)
Despesa/Receita.Extra (PASEP,...)	0,00	Dedução de Maternidade	3.292,65 (-)
Sal. Maternidade	22.198,49	Dedução de Salário Família	847,05 (-)
Benefícios Assistenciais	0,00		6.410.261,83
Total Bruto	5.536.906,93	Total de Descontos	
Total de Descontos	1.783.908,59	Total de Descontos	1.783.908,59 (+)
Total Líquido	3.752.998,34	Dedução de Maternidade	3.292,65 (+)
FGTS a Recolher	26.026,87	Dedução de Salário Família	847,05 (+)
Valor Ref. a 13º Salário	0,00		1.788.048,29
Valores Sem 13º Salário	26.026,87		

Patronal	Bruto		Deduções			Líquido	
	Vínculo	Patronal Bruto	Salário Família	Salário Maternidade	Outras Deduções	Patronal Líquido	
	02 Estatutário (IMSS)	721.401,16	0,00	0,00	1.151.442,60	-430.041,44	
	03 Contrato Temporário	75.276,17	225,88	3.292,65	0,00	71.757,64	
	05 Estatutário (INSS)	53.383,60	564,70	0,00	0,00	52.818,90	
	19 INSS (Conselheiro Tutelar)	1.406,80	56,47	0,00	0,00	1.350,33	
	Total	851.467,73	847,05	3.292,65	1.151.442,60	-304.114,57	

## Funcionários

Situação	Quantidade
01 - Normal	1561
94 - Afastamento por Doença não relacionada ao trabalho	54
95 - Afastamento por Licença Maternidade/Paternidade	15
97 - Afastamento sem vencimento/sem remuneração	8
98 - Afastamento com vencimento/remuneração	5
Total	1643
Quantidade de trabalhadores processados	1639

## Proventos

Evento	Descrição	Qtde.	Refer.	Valor	Classificação contábil
001	Salário	1577	47.001,00	2.907.775,91	Salário Base
002	Subsidio	5	150,00	7.033,90	Salário Base
005	Subsidios	1	100,00	12.500,00	
006	Horas Extras 50%	202	10.925,00	107.121,55	Hora Extra
008	Adic Insalubridade 40%	286	7.400,00	173.670,22	
012	Anuênio	378	3.308,00	270.190,42	
014	Hora Extra 100%	101	2.388,00	28.202,67	
034	Carga Suplementar	118	0,00	85.405,24	
038	Diferença de Salário	3	0,00	3.008,39	
039	Adicional LC Nº 03/97	43	290,00	9.371,96	
045	Sexta Parte DAE	2	0,00	727,28	
046	Adicional Vigia	5	81,00	18,21	
050	Adicional Noturno	38	2.388,00	3.486,59	
065	Adicional Universitario	376	9.400,00	208.166,26	
074	Gratificacao LC 058/05 - EF	79	5.051,00	129.543,93	
075	Gratificacao	13	0,00	3.523,50	
081	Funcao Gratificada	1	0,00	1.237,38	
086	Gratificacao LC 058/05	49	4.930,00	123.307,01	
089	Adic. Periculosidade PE	17	510,00	6.552,82	
091	Substituicao Eventual	59	0,00	10.270,30	
092	Incentivo P.S.F	16	0,00	16.000,00	
100	Sexta Parte	345	345,00	100.043,23	
102	Gratificacao 20%	4	80,00	1.027,88	
107	Art 160 LC Nº 02/97	10	0,00	12.068,56	




**MUNICIPIO DE PARAGUACU PAULISTA**

Siqueira Campos, 1430, Centro. Paraguacu Paulista-SP

CNPJ: 44.547.305/0001-93

Mês/Ano

06/2022

Folha Mensal

Página 2 de 3

19/07/2022 17:10:47

**Resumo Contábil Geral**

117	Gratificacao	1	0,00	848,50	
134	Sexta Parte	14	14,00	7.618,63	
135	Gratificação LC 058/05 (SAE/CTA)	11	330,00	6.824,63	
140	Adicional Tempo Servico	12	60,00	814,54	
165	Insalubridade	1	10,00	128,48	
169	Adic Insalubridade 20%	200	2.780,00	56.616,52	
171	Sal. Familia (judicial)	25	0,00	2.908,80	Salário Família
178	Gratificacao LC 058/05 - VA	49	2.318,00	43.632,66	
191	Gratificacao LC 058/05 - CO	37	2.480,00	71.567,45	
192	Dif. LC 058/05	23	0,00	13.438,31	
195	Compl. Salarial	1	0,00	6,28	
210	Abono Permanencia	29	2.900,00	17.247,19	
212	Gratificacao LC 058/05 - EF/CO	30	1.300,00	35.296,74	
240	Gratificação LC 126/2010	14	840,00	10.792,88	
241	Gratificação LC 123/2010	38	0,00	4.480,00	
243	Gratificação LC 112/2009	12	0,00	969,64	
244	Gratificacao Lei 2672/09	2	20,00	256,96	
247	Quinquenio	1103	2.018,00	182.479,85	
251	Gratificação LC 144/11 e 179/15	9	0,00	4.878,86	
262	Diferença Salario (Decisão Judicial)	8	0,00	6.867,26	Salário Base
276	Gratificacao LC 058/05	20	2.260,00	54.449,23	
277	Dif. LC 058/05	15	0,00	15.079,43	
278	Gratificacao LC 058/05 - EF/CO	14	870,00	24.086,93	
279	Funcao Gratificada	2	100,00	1.284,88	
280	LC 05/1997 - Proc 633-02.2015.8.26.0417	1112	2.053,00	187.063,76	
281	LC 05/1997 C.Suplem - Proc	114	192,00	6.882,19	
816	Anuênio Carga Suplementar	31	232,00	8.295,25	
817	Adicional Universitario Carga Suplementar	90	2.250,00	16.664,66	
818	Sexta Parte Carga Suplementar	28	28,00	3.288,35	
819	Quinquenio Carga Suplementar	114	172,00	6.150,58	
820	Adicional LC Nº 03/97 Carga Suplementar	16	20,00	938,25	
836	LC 05/1997	1168	2.338,00	211.356,62	
837	LC 05/1997 - Carga Suplementar	116	212,00	7.559,77	
903	Sal Maternidade	12	299,00	17.249,43	Salário Maternidade
904	SALÁRIO FAMÍLIA	91	126,00	11.609,61	Salário Família
908	1/3 FÉRIAS	116	2.630,00	102.329,49	
909	ABONO PECUNIARIO	17	300,00	30.416,42	
910	1/3 FERIAS ABONO	17	18,00	10.138,75	
917	Aux Doenca	50	1.326,00	143.924,28	
918	Saldo Negativo Atual	3	3,00	5.501,27	
948	SALÁRIO MATERNIDADE	4	89,00	4.949,06	Salário Maternidade
955	LICENÇA-PRÊMIO (PECÚNIA) <P>	4	70,00	7.806,42	
<b>Resumo de Proventos por Classificação</b>					
Sem classificação			66.415,00	2.499.436,50	
Salário Base			47.151,00	2.921.677,07	
Hora Extra			10.925,00	107.121,55	
Salário Família			126,00	14.518,41	
Salário Maternidade			388,00	22.198,49	
<b>Total</b>			<b>125.005,00</b>	<b>5.564.952,02</b>	

**Descontos**

Evento	Descrição	Qtde.	Refer.	Valor	Classificação contábil
096	Horas Faltas Valor	97	0,00	4.880,79	Valor já descontado do Bruto
105	Restituicao	1	0,00	297,65	Receita Orçamentária
138	Emprestimo Santander/Banespa	518	0,00	188.025,04	Receita Extra Despesa Extra
170	Desconto ASP	430	43.000,00	15.609,00	Receita Extra Despesa Extra
175	Emprestimo N Caixa/B Brasil	14	0,00	5.056,74	Receita Extra Despesa Extra
181	Associado Sindicato	696	696,00	11.890,63	Receita Extra Despesa Extra
183	Pensao Alimenticia	26	1.101,04	13.344,78	Receita Extra Despesa Extra
213	Emprestimo Caixa Federal	577	0,00	282.159,75	Receita Extra Despesa Extra




**MUNICÍPIO DE PARAGUACU PAULISTA**

Siqueira Campos, 1430, Centro. Paraguacu Paulista-SP

CNPJ: 44.547.305/0001-93

Mês/Ano

06/2022

Folha Mensal

Página 3 de 3

19/07/2022 17:10:47

**Resumo Contábil Geral**

214	Infração Transito	16	0,00	750,52	Receita Orçamentária
215	Seguro Vida SINDSERV	53	0,00	1.679,94	Receita Extra Despesa Extra
217	Pensao Alimentícia	1	40,00	574,60	Receita Extra Despesa Extra
218	Pensao Alimentícia	11	233,32	8.337,33	Receita Extra Despesa Extra
222	Pensao Alimentícia	1	30,00	1.828,86	Receita Extra Despesa Extra
223	Pensao Alimentícia	1	30,00	385,46	Receita Extra Despesa Extra
225	Perda hora/aula	1	0,00	134,00	Valor já descontado do Bruto
227	Desconto Judicial	2	20,00	290,22	Receita Extra Despesa Extra
245	Processo Adm(Desconto)	1	58,00	50,00	Valor já descontado do Bruto
246	Cartao PAS (2ª via)	4	0,00	39,60	Receita Orçamentária
248	Convenio UNIMED(Mensalidade)	127	0,00	70.974,54	Receita Extra Despesa Extra
252	Convenio UNIMED (Complemento)	78	0,00	8.328,74	Receita Extra Despesa Extra
253	Empréstimo Bradesco	21	0,00	5.951,76	Receita Extra Despesa Extra
254	Cartão ASPCARD	348	348,00	210.238,62	Receita Extra Despesa Extra
259	Contribuição Sindical (Agentes)	8	12,00	290,88	Receita Extra Despesa Extra
283	Empréstimo SICOBOCrediMota	223	0,00	78.854,19	Receita Extra Despesa Extra
284	Convênio FEMA	4	0,00	1.792,50	
651	Falta Justificada	53	66,00	6.248,16	Valor já descontado do Bruto
652	Falta Injustificada	31	156,00	11.984,24	Valor já descontado do Bruto
919	PREVIDENCIA - INSS	209	1.797,69	48.955,57	Receita Extra Despesa Extra
920	IRRF - SALARIO	986	15.375,00	247.650,88	Receita Orçamentária
921	IRRF - FERIAS	6	45,00	163,48	Receita Orçamentária
928	Saldo Negativo Anterior	4	0,00	4.747,90	Valor já descontado do Bruto
942	IMSS	1419	19.866,00	580.437,31	Receita Extra Despesa Extra
<b>Resumo de Descontos por Classificação</b>					
Sem classificação			0,00	1.792,50	
Valor já descontado do Bruto			280,00	28.045,09	
Receita Orçamentária			15.420,00	248.902,13	
Receita Extra Despesa Extra			67.174,05	1.533.213,96	
<b>Total</b>			<b>388,00</b>	<b>1.811.953,68</b>	

**Contribuição Previdenciária do Segurado por Vínculo**

Vínculo	Valor
02 - Estatutário (IMSS)	580.437,31
03 - Contrato Temporário	27.274,00
05 - Estatutário(INSS)	20.907,87
19 - INSS (Conselheiro Tutelar)	773,70
<b>Total</b>	<b>629.392,88</b>

<b>Base de I.R.R.F.</b>	<b>5.303.042,82</b>
<b>Base de F.G.T.S.</b>	<b>325.336,58</b>

<b>Base de Previdência Total</b>	<b>4.709.121,82</b>
<b>Base de Previdência por Vínculo</b>	<b>Valor</b>
02 - Estatutário (IMSS)	4.146.033,44
03 - Contrato Temporário	325.336,58
05 - Estatutário(INSS)	230.717,90
19 - INSS (Conselheiro Tutelar)	7.033,90





## Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

### ANEXO II – Análise e Deliberação sobre a Criação ou Aumento de Despesa

MEMORANDO nº. 32/2022- Depto de Planejamento

DE: Depto de Saúde

PARA: Depto de Recursos Humanos

OBJETO: Análise e deliberação acerca da criação ou aumento de despesa, para atendimento do art. 16 ou art. 17 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF).

#### 1 IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO (arts. 16, 17, 19, 20, 21 e 22, LRF)

Tabela 1 - Estimativa Trienal do Impacto da Nova Despesa (art. 16, I, LRF)

Especificação	2022	2023	2024
(a) Superavit ou Deficit Financeiro do Exercício Anterior (= Balanço)	7.649.735,41	3.000.000,00	2.500.000,00
(b) Receita Prevista (= LOA atual)	190.777.954,00	216.755.523,49	223.258.189,19
(c) Disponibilidade Financeira (a+b)	198.427.689,41	219.755.523,49	225.758.189,19
(d) Despesa (= valor informado UR)	<b>2.771.698,80</b>	<b>6.005.347,40</b>	<b>6.005.347,40</b>
(e) Impacto Orçamentário% [(d/b)*100]	0,01	0,03	0,03
(f) Impacto Financeiro% [(d/c)*100]	0,01	0,03	0,03

Premissas (art. 16, § 2º):

i - Superavit ou Deficit Financeiro do Exercício Anterior: R\$ 7.649.735,41

ii - Receita Prevista na LOA atual: R\$ 190.777.954,00

iii - Valor da Nova Despesa: cf Solicitação do Departamento

iv - Início de Vigência da Nova Despesa: 08/2022; Metodologia de Cálculo (art. 16, § 2º):

i - Superavit ou Deficit Financeiro: Valor estimado no Balanço do exercício anterior.

ii - Receita Prevista: Valor obtido na LOA vigente.

iii - Disponibilidade Financeira: Superavit ou Deficit Financeiro somada à Receita Prevista na LOA atual.

iv - Impacto Orçamentário%: Valor Despesa dividido pela Receita Prevista na LOA multiplicado por 100.

v - Impacto Financeiro%: Valor Despesa dividido pela Disponibilidade Financeira multiplicado por 100.

Tabela 2 – Estimativa do Impacto da Despesa Total com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (arts. 19, 20, 21 e 22, LRF)<sup>1</sup>

Especificação	(A) Acumulada nos últimos 12 meses (R\$)	(B) Estimada para os próximos 12 meses (R\$)	(B – A) Impacto (R\$)
(a) Despesa Total com Pessoal (DTP) <sup>2</sup>	R\$ 77.334.236,60	R\$ 83.339.584,00	R\$ 6.005.347,40
(b) Receita Corrente Líquida (RCL) <sup>3</sup>	R\$ 181.079.936,35	R\$ 182.500.000,00	R\$ 1.420.063,65
(c) % Despesa Total com Pessoal (DTP) sobre a RCL = [(a/b)*100]	42,70%	43,38%	-
(d) Limite Máximo (art. 20, III, b, LRF) – 54,00% = [(b*54)/100]	R\$ 97.783.165,63	R\$ 98.550.000,00	-
(e) Limite Prudencial (art. 22, parágrafo único, LRF) – 51,30% = [(b*51,3)/100]	R\$ 92.894.007,35	R\$ 93.622.500,00	-

Premissas e Metodologia de Cálculo:

<sup>1</sup> Tabela 2 a ser preenchida quando da criação ou aumento de despesa com pessoal.

<sup>2</sup> DTP acumulada 12 meses e RCL acumulada e estimada 12 meses: obter informações no Setor de Contabilidade.

<sup>3</sup> DTP estimada 12 meses = DTP acumulada 12 meses + Valor Mensal da Nova Despesa x 12 meses (valor informado pela UR)

\*Dados ref 12/2021 – Previsão de fechamento

Tabela 3 – Estimativa do Impacto da Nova Despesa sobre as Metas Fiscais (art. 17, §§ 2º ao 5º, LRF)

Especificação	2022	2023	2024
(a) Resultado Primário (Anexo de Metas Fiscais da LDO)	R\$ 2.826.500,00	R\$ 7.500.000,00	R\$ 7.725.000,00
(b) Resultado Nominal (Anexo de Metas Fiscais da LDO)	R\$ 9.000.000,00	R\$ 10.750.000,00	R\$ 11.072.500,00
(c) Impacto da despesa criada ou aumentada sobre as despesas	<b>2.771.698,80</b>	<b>6.005.347,40</b>	<b>6.005.347,40</b>





**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**  
**Estado de São Paulo**

fiscais do exercício atual (= Tabela 1, d)			
(d) Impacto do(s) mecanismo(s) de compensação nos períodos seguintes:	<b>2.771.698,80</b>	<b>6.005.347,40</b>	<b>6.005.347,40</b>
(d.1) aumento permanente da receita <sup>1</sup>	<b>2.771.698,80</b>	<b>6.005.347,40</b>	<b>6.005.347,40</b>
(d.2) redução permanente da despesa <sup>2</sup>	-	-	-
(e) Resultado Primário com o impacto da despesa criada ou aumentada [(a-c)+d.1] ou [(a-c)+d.2]	R\$ 2.826.500,00	R\$ 7.500.000,00	R\$ 7.725.000,00
(f) Resultado Nominal com o impacto da criada ou aumentada [(b-c)+d.1] ou [(b-c)+d.2]	R\$ 9.000.000,00	R\$ 10.750.000,00	R\$ 11.072.500,00

**Premissas:**

- <sup>1</sup> Anexar comprovante do mecanismo de aumento permanente da receita e preencher a Tabela 4, a. Considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição (art. 17, § 3º, LRF).
- <sup>2</sup> Anexar cópia do Anexo de Riscos Fiscais da LDO atual - Margem Líquida de Expansão de DOCC, se tiver saldo, ou Anexar comprovante do mecanismo de redução permanente da despesa e preencher a Tabela 4, b.
- <sup>3</sup> Mecanismo(s) de compensação (aumento ou redução permanente de despesa): A despesa de que trata o art. 17 da LRF não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º do art. 17 da LRF, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar (art. 17, §§ 2º e 5º, LRF).

**Tabela 4 – Mecanismo de Compensação dos Efeitos Financeiros da Nova Despesa, nos Períodos Seguintes (art. 17, §§ 2º ao 5º, LRF)**

Mecanismo de Compensação	Especificação	2022	2023
(a) aumento permanente da receita <sup>1</sup>	-	<b>2.771.698,80</b>	<b>6.005.347,40</b>
(b) redução permanente da despesa <sup>2</sup>	-	-	-

**Premissas e Metodologia de Cálculo:**

- <sup>1</sup> Anexo, o comprovante do mecanismo de aumento permanente da receita.
- <sup>2</sup> O montante de despesa criada ou aumentada será compensada com a redução permanente da despesa geral do Município, observadas as disposições da LDO e devidamente impactadas nos orçamentos dos exercícios seguintes, conforme cópia anexa do Anexo de Riscos Fiscais da LDO atual - Margem Líquida de Expansão de DOCC; ou, Anexo, o comprovante do mecanismo de redução permanente da despesa geral do Município.

**Tabela 5 – Adequação Orçamentária e Financeira com a LOA e Origem dos Recursos (art. 16, II, e art. 17, § 1º, LRF)**

FR <sup>1</sup>	Dotação <sup>2</sup>	Natureza da Despesa <sup>3</sup>	Valor (R\$)
01,02,05	Pessoal e Encargos	3.1.9X.XX	<b>R\$ 2.771.698,80</b>
		(a) Saldo Atual da Dotação	R\$ 43.500.025,69
		*(b) Alteração de Dotação	R\$ 13.074.940,71
		(c) Dotação Prevista na LOA	R\$ 82.113.626,05
		(d) Despesa realizada até o momento [(c+b)-a]	R\$ 51.688.541,07
		(e) Despesa a realizar	R\$ 40.173.569,70
		(f) Nova Despesa (Tabela 1, d)	R\$ 2.771.698,80
		(g) Saldo Estimado da Dotação [a-(e+f)]	R\$ 554.757,19
		(h) Receita Corrente Líquida (RCL) últimos 12 meses	R\$ 181.079.936,35
		(i) % Nova Despesa / RCL [(f/h)*100]	<b>0,02</b>
Situação	(X) Adequada (se f > R\$ 0,00)	Há dotação específica e suficiente (ou abrangida por crédito genérico) para atendimento de todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, conforme os limites estabelecidos para o exercício.	
	( ) Inadequada (se f < R\$ 0,00)		
	( ) Irrelevante (se h < 2%)	Ressalva-se do disposto no art. 16 da LRF a despesa cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, o limite de 2% da Receita Corrente Líquida, considerada irrelevante nos termos da lei de diretrizes orçamentárias. (LDO 2017, art. 14)	





## Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

### Premissas:

\* (b) Alteração de Dotação=R\$ 2.655.280,71 (alteração até 19/07) +10.419.660,00 (projeto de lei)

<sup>1</sup> FR (Fonte de Recursos): 01 Tesouro; 02 Transferências e Convênios Estaduais – Vinculados; 03 Recursos Próprios de Fundos Especiais de Despesa – Vinculados; 04 Recursos Próprios da Administração Indireta; 05 Transferências e Convênios Federais – Vinculados; e 06 Outras Fontes de Recursos.

<sup>2</sup> Dotação: Toda e qualquer verba prevista como despesa em orçamentos públicos destinado a fins específicos que possui codificação específica presente na LOA.

<sup>3</sup> Natureza da Despesa: conjunto de informações que formam o código é conhecido como classificação por natureza de despesa e informa a categoria econômica, o grupo a que pertence a despesa, a modalidade de aplicação e seu elemento.

**Tabela 6 – Compatibilidade com o PPA e com a LDO (art. 16, II, LRF)**

Instrumento	Programa	Funcional Programática <sup>1</sup>	Saldo Disponível(R\$)	Nova Despesa (R\$)
PPA 2022	*	*	*	*
LDO 2022	*	*	*	*
Situação	<input checked="" type="checkbox"/> (X) Compatível <sup>2</sup> <input type="checkbox"/> ( ) Não Compatível			
	A despesa está conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos no PPA e LDO e não infringe qualquer de suas disposições.			

### Observações:

<sup>1</sup> Funcional Programática: classificação da despesa que combina a classificação funcional com a classificação programática.

<sup>2</sup> Compatível com o PPA e LDO: a despesa faz parte de um dos programas inseridos no PPA e não contraria nenhuma das disposições da LDO, especialmente o Anexo de Metas de Resultados Fiscais.

\*Despesa está em vários programas dentro do orçamento do executivo

## 2 DELIBERAÇÃO

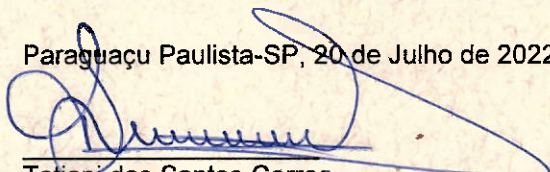
Considerando a análise realizada, informa-se que, a criação ou aumento da despesa:

- (X) TEM..... ( ) NÃO TEM..... adequação orçamentária e financeira com a LOA.  
 (X) É..... ( ) NÃO É..... compatível com o PPA e LDO.  
 (X) NÃO AFETARÁ.....(X) AFETARÁ.....as metas de resultados fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO.  
 ( ) Ressalva-se do disposto no art. 16 da LRF, pois, é considerado irrelevante, nos termos da LDO.

E delibera-se por:

- (X) SUGERIR o encaminhamento ao Ordenador de Despesa para deliberação final.  
 ( ) RETORNAR à Unidade Requisitante, pois, será necessária promover a adequação orçamentária e financeira da despesa com a LOA vigente, por meio da(s) seguinte(s) medida(s):  
     ( ) reduzir outra(s) despesa(s), (anexar comprovante);  
     ( ) suplementar dotação com recursos decorrentes de excesso de arrecadação do corrente ano;  
     ( ) suplementar dotação com recursos provenientes de superavit do exercício anterior;  
     ( ) abrir crédito especial, pois, o(a) projeto/atividade não está previsto(a) na LOA<sup>1</sup>.  
 ( ) RETORNAR à Unidade Requisitante, pois, será necessário compatibilizar a despesa com o PPA e com a LDO, por meio da inclusão prévia do projeto/atividade nas peças de planejamento.

Paraguaçu Paulista-SP, 20 de Julho de 2022.

  
 Tatiani dos Santos Correa  
 Depto de Planejamento





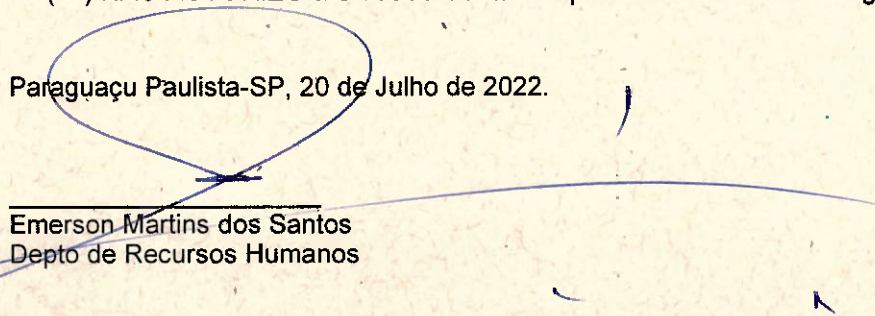
**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista**  
**Estado de São Paulo**

**3 CIENTE DA UNIDADE REQUISITANTE**

Considerando a(s) deliberação(ões) da Unidade Contábil, Declaro, para os devidos fins, que estou ciente das medidas a serem tomadas no seguinte caso e:

- ( X ) ENCAMINHO ao Ordenador de Despesa para deliberação final.
- ( ) AUTORIZO a Unidade Contábil a promover as medidas sugeridas.
- ( ) NÃO AUTORIZO a Unidade Contábil a promover as medidas sugeridas e arquivar o processo.

Paraguaçu Paulista-SP, 20 de Julho de 2022.

  
Emerson Martins dos Santos  
Depto de Recursos Humanos





## Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista Estado de São Paulo

### ANEXO III – Declaração do Ordenador de Despesa (art. 16, II)

#### DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA (art. 16, II)

Nos termos do art. 16, Inciso II, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal, considerando o impacto orçamentário e financeiro elaborado pela Unidade Contábil desta Prefeitura e constante da documentação anexa, na qualidade de Ordenador de Despesa, DECLARO que a criação ou aumento da despesa:

- (X) TEM..... ( ) NÃO TEM.....adequação orçamentária e financeira com a LOA.  
 (X) É..... ( ) NÃO É.....compatível com o PPA e LDO.  
 (X) NÃO AFETARÁ.....( ) AFETARÁ.....as metas de resultados fiscais previstas no Anexo de Metas Fiscais da LDO.  
 ( ) Ressalva-se do disposto no art. 16 da LRF, pois, é considerado irrelevante, nos termos da LDO.

Encaminha-se à Unidade competente para as providências finais.

Paraguaçu Paulista-SP, 20 de Julho de 2022.

\_\_\_\_\_  
 Antonio Takashi Sasada  
 Prefeito Municipal

#### REFERÊNCIAS:

BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Portal da Legislação: Poder Executivo, Brasília, 13 nov. 2017. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)> Acesso em: 13 nov. 2017.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhada de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§ 4º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.





**Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista  
Estado de São Paulo**

**ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E QUADRO DE PESSOAL  
DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGUAÇU PAULISTA**

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 058, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.**

(Compilada até a última alteração promovida pela Lei Complementar nº. 268, de 28/01/2022)

**LEI COMPLEMENTAR Nº. 058, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005**  
**Autoria do Projeto: Sr. Prefeito Municipal**

**Dispõe sobre a reorganização da Estrutura Administrativa e do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista e dá outras providências.**

CARLOS ARRUDA GARMS, Prefeito Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele PROMULGA a seguinte Lei Complementar:

**TÍTULO I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Esta Lei Complementar reorganiza a Estrutura Administrativa e reclassifica o Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Paraguaçu Paulista e a Escala de Referência Salarial dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º A Administração Pública Municipal compreende uma dimensão jurídica expressa no relacionamento harmônico do Executivo com o Legislativo e uma divisão funcional correspondente à necessária integração do Município com o Governo Estadual e Governo Federal.

**CAPÍTULO II - DOS FUNDAMENTOS BÁSICOS DA AÇÃO ADMINISTRATIVA**

Art. 3º Compete à Administração Pública Municipal prover a tudo quanto diz respeito ao peculiar interesse do Município e ao bem-estar de sua população, em consonância com a Constituição da República Federativa do Brasil, a Constituição do Estado de São Paulo e a Lei Orgânica do Município.

Art. 4º A Administração Pública Municipal obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, além de outros preceitos legais definidos pela Constituição Federal e pela Lei Orgânica do Município.

Art. 5º As ações governamentais obedecerão ao processo permanente de planejamento, com o fim de integrar os objetivos institucionais dos órgãos e entidades municipais entre si, bem como as ações da União, do Estado e regionais que se relacionarem com o desenvolvimento do Município.

Art. 6º Os objetivos da Administração Pública Municipal serão enunciados, principalmente, através dos seguintes instrumentos básicos:

- I - Plano Diretor;
- II - Plano Plurianual - PPA;
- III - Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO; e
- IV - Lei Orçamentária Anual - LOA.

§ 1º. A execução dos planos e programas governamentais será objeto de permanente coordenação, com o fim de assegurar eficiência e eficácia na consecução dos objetivos e metas fixados.

§ 2º. A coordenação a que se refere o § 1º deste artigo será exercida pelo Gabinete do Prefeito e compreenderá todos os níveis da Administração Pública Municipal, mediante a ação integrada das chefias e realização sistemática de reuniões com a participação das chefias subordinadas.

Art. 7º A Administração Pública Municipal recorrerá prioritariamente a recursos próprios para execução de seus serviços.

Parágrafo único. Quando imprescindível e menos oneroso, a execução das ações governamentais poderá ser descentralizada ou desconcentrada, para:

- I - outros entes públicos ou entidades a eles vinculados, mediante convênio;
- II - órgãos subordinados da própria Administração Pública Municipal;
- III - entidades criadas mediante autorização legislativa e vinculadas a Administração Pública Municipal;
- IV - empresas privadas, mediante concessão ou permissão.

**ANEXO III - Escala de Referência Salarial**  
**Lei Complementar nº 058, de 22 de dezembro de 2005**

Tabela I – Servidores Públicos Municipais				
Referência	Valor (R\$)		Referência	Valor (R\$)
--	--		57	1.926,03
--	--		58	1.975,48
--	--		59	2.026,55
--	--		60	2.079,38
38	1.212,15		61	2.134,06
39	1.230,71		62	2.190,75
40	1.262,17		63	2.249,55
41	1.294,27		64	2.310,67
42	1.327,15		65	2.374,26
43	1.360,58		66	2.440,58
44	1.394,85		67	2.509,83
45	1.429,86		68	2.582,28
46	1.465,75		69	2.658,29
47	1.502,34		70	2.738,20
48	1.539,89		71	2.822,51
49	1.578,36		72	2.996,10
50	1.617,81		73	3.169,71
51	1.658,27		74	3.344,24
52	1.699,81		75	3.491,43
53	1.742,53		76	3.644,98
54	1.786,42		77	3.809,12
55	1.831,59		78	4.017,22
56	1.878,09		79	4.124,60

Notas:

<sup>1</sup> Vigência: a partir de 01/01/2022

<sup>2</sup> Percentual de atualização da referência salarial básica: 10%.

<sup>3</sup> Nova referência salarial básica: 38

<sup>4</sup> Valor do piso salarial: R\$ 1.212,15

<sup>5</sup> Percentual de atualização das demais referências: 5%.

Tabela II – Profissionais do Magistério Público Municipal	
Referência	Valor (R\$)
15	2.272,89
16	2.312,45
17	2.412,12
18	2.516,78
19	2.626,64
20	2.742,03
21	2.863,18
22	2.990,38
23	3.123,95
24	3.264,18
25	3.411,44
26	3.566,05
27	3.728,39
28	3.898,86
29	4.077,85
30	4.265,77

Notas:

<sup>1</sup> Vigência: a partir de 01/01/2022

<sup>2</sup> Percentual de atualização das referências: 5%

<sup>3</sup> Valor da referência salarial básica (15): R\$ 2.272,89

**ANEXO VI – Quadro de Pessoal e Vencimentos dos Cargos de Provimento Efetivo de Agente Comunitário de Saúde, de Agente de Combate às Endemias e de Agente de Saúde**

**Lei Complementar nº 058, de 22 de dezembro de 2005**

Quantidade	Denominação	2022 / Vencimentos – R\$
26	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	1.627,50
59	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	1.627,50
31	AGENTE DE SAÚDE	1.627,50

Notas:

<sup>1</sup> Vigência: a partir de 01/01/2022

<sup>2</sup> Percentual de atualização das referências: 5%.

<sup>3</sup> Valor do piso salarial: R\$ 1.627,50

<sup>4</sup> O piso salarial constante desta tabela será reajustado, anualmente, em 1º de janeiro.





**Presidência da República**  
**Casa Civil**  
**Subchefia para Assuntos Jurídicos**

**EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 120, DE 5 DE MAIO DE 2022**

Acrescenta §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 198 da [Constituição Federal](#) passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11:

"Art. 198. ....

.....

§ 7º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias fica sob responsabilidade da União, e cabe aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer, além de outros consectários e vantagens, incentivos, auxílios, gratificações e indenizações, a fim de valorizar o trabalho desses profissionais.

§ 8º Os recursos destinados ao pagamento do vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias serão consignados no orçamento geral da União com dotação própria e exclusiva.

§ 9º O vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não será inferior a 2 (dois) salários mínimos, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.

§ 10. Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias terão também, em razão dos riscos inerentes às funções desempenhadas, aposentadoria especial e, somado aos seus vencimentos, adicional de insalubridade.

§ 11. Os recursos financeiros repassados pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para pagamento do vencimento ou de qualquer outra vantagem dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias não serão objeto de inclusão no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal." (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, em 5 de maio de 2022

Mesa da Câmara dos Deputados	Mesa do Senado Federal
Deputado ARTHUR LIRA Presidente	Senador RODRIGO PACHECO Presidente
Deputado MARCELO RAMOS 1º Vice-Presidente	Senador VENEZIANO VITAL DO RÊGO 1º Vice-Presidente
Deputado ANDRÉ DE PAULA 2º Vice-Presidente	Senador ROMÁRIO 2º Vice-Presidente

Deputado LUCIANO BIVAR 1º Secretário	Senador IRAJÁ 1º Secretário
Deputada MARÍLIA ARRAES 2ª Secretária	Senador ELMANO FÉRRER 2º Secretário
Deputada ROSE MODESTO 3ª Secretária	Senador ROGÉRIO CARVALHO 3º Secretário
Deputada ROSANGELA GOMES 4ª Secretária	Senador WEVERTON 4º Secretário

Este texto não substitui o publicado no DOU 6.5.2022

\*

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/06/2022 | Edição: 122-D | Seção: 1 - Extra D | Página: 3

Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

## PORTARIA GM/MS Nº 1.971, DE 30 DE JUNHO DE 2022

Estabelece o vencimento dos agentes de combate às endemias, repassados pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, conforme a Emenda Constitucional nº 120, de 05 de maio de 2022.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Emenda Constitucional nº 120, de 5 de maio de 2022, que acrescenta §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias, resolve:

Art. 1º - Fica estabelecido que o vencimento dos agentes de combate às endemias, passa a ser de R\$ 2.424,00 (dois mil e quatrocentos e vinte e quatro reais), equivalente à 2 (dois) salários mínimos, utilizando-se o indicador dado por meio da Lei nº 14.358, de 1º de junho de 2022, que dispõe sobre o valor do salário-mínimo a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2022.

§ 1º O valor do vencimento estabelecido no caput terá vigência a partir da data estabelecida pela Emenda Constitucional nº 120, de 05 de maio de 2022, cujo recurso será repassado pela União aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal.

§ 2º O valor será repassado na forma da Assistência Financeira Complementar da União aos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE (IF), proporcional ao número de ACE cadastrados pelos gestores dos Estados, Distrito Federal e Municípios no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) que cumprirem os requisitos previstos na Lei, até o quantitativo máximo definido no parâmetro.

Art. 2º Fica definido que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.305.5023.20AL, Incentivo Financeiro aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0001.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do mês de maio de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Projeto de Lei Complementar 9/2022 Protocolo 34619 Envio em 22/07/2022 14:11:08  
Assinado digitalmente conforme Resolução nº 113, de 06 de julho de 2021, por Antonio Takashi Sasada.  
Este documento é uma cópia da versão original disponível em: [https://sapl.paraguacupaulista.sp.leg.br/media/sapl/public/materiale legislativa/2022/18265/18265\\_original.pdf](https://sapl.paraguacupaulista.sp.leg.br/media/sapl/public/materiale legislativa/2022/18265/18265_original.pdf)

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 30/06/2022 | Edição: 122-D | Seção: 1 - Extra D | Página: 3  
Órgão: Ministério da Saúde/Gabinete do Ministro

## PORTARIA GM/MS Nº 2.109, DE 30 DE JUNHO DE 2022

Estabelece que o piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde passa a ser de R\$ 2.424,00 (dois mil e quatrocentos e vinte e quatro reais), repassados pela União aos entes federativos.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a Emenda Constitucional nº 120, de 5 de maio de 2022, acrescenta §§ 7º, 8º, 9º, 10 e 11 ao art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde (SUS), na política remuneratória e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido que o piso salarial dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS passa a ser de R\$ 2.424,00 (dois mil e quatrocentos e vinte e quatro reais) a partir da data estabelecida pela Emenda Constitucional nº 120, de 05 de maio de 2022, repassados pela União aos entes federativos.

Parágrafo único. O valor será repassado na forma da Assistência Financeira Complementar da União aos Agentes Comunitários de Saúde - ACS e Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACS, proporcional ao número de ACS cadastrados pelos gestores dos Municípios e Distrito Federal no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - SCNES que cumprirem os requisitos previstos na Lei.

Art. 2º Fica definido que os recursos orçamentários de que trata esta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar a Funcional Programática 10.301.5019.219A - Piso de Atenção Primária em Saúde, no seguinte plano orçamentário PO - 0002 - Agente Comunitário de Saúde.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de maio de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

Projeto de Lei Complementar 9/2022 Protocolo 34619 Envio em 22/07/2022 14:11:08  
Assinado digitalmente conforme Resolução nº 113, de 06 de julho de 2021, por Antonio Takashi Sasada.  
Este documento é uma cópia da versão original disponível em: [https://sapl.paraguacupaulista.sp.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2022/18265/18265\\_original.pdf](https://sapl.paraguacupaulista.sp.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2022/18265/18265_original.pdf)

Assinado por: ANTONIO TAKASHI  
SASADA:09978620842, 2022.07.22  
14:10:52 BRT



## PROJETOS protocolizados para tramitação



**De** <secretaria@paraguacupaulista.sp.leg.br>  
**Para** <vereadores@paraguacupaulista.sp.leg.br>  
**Data** 2022-07-25 07:56

Encaminhamos, para conhecimento, arquivos digitais de projetos para tramitação nesta Casa, a saber:

- 1) PROJETO DE LEI Nº 033/22, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, que "Dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar ao Orçamento Programa 2022, no valor de R\$ 10.419.660,00, destinado ao Gabinete do Prefeito e aos Departamentos Municipais, para atendimento das atividades e pagamento das despesas que especifica". Protocolo em 22/07/22;
- 2) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/22, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, que "Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, e dos servidores do magistério público municipal, conforme especifica". Protocolo em 22/07/22.

Ediney Bueno  
 Setor de Processo Legislativo

---

[Anexo removido: Tipo original do anexo: "application/pdf", nome: "pl\_033-2022.pdf"]

---

[Anexo removido: Tipo original do anexo: "application/pdf", nome: "plc\_009-2022.pdf"]



## DESPACHO

Considerando que o sr. Prefeito Municipal, por meio do Ofício nº 0586/2022-GAP, solicitou a convocação de Sessão Extraordinária para deliberação do Projeto de Lei Complementar nº. 009/22 de sua autoria, protocolizado em 22/07/2022, e, tendo em vista se tratar de matéria urgente e de natureza relevante, conforme devidamente justificado pelo autor, ao encontro do preceituado no art. 17, IX da Lei Orgânica, defiro o pedido efetuado e ENCAMINHO o Projeto de Lei Complementar nº. 009/22 à Procuradoria Jurídica desta Edilidade, para análise e apresentação do respectivo parecer quanto aos aspectos legais da matéria.

Gabinete da Presidência, 25 de julho de 2022.

**JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR**  
Presidente da Câmara Municipal

Despacho de movimentação de processo  
Assinado digitalmente conforme Resolução nº 113, de 06 de julho de 2021, por José Roberto Baptista Junior.  
Este documento é uma via autêntica, conforme estampa contida na lauda seguinte.





Assinado por: JOSE ROBERTO  
BAPTISTA JUNIOR:29737240820,  
2022.07.25 09:21:32 BRT

**Remessa de Projeto à Procuradoria Jurídica - PLC 009/22****De** <secretaria@paraguacupaulista.sp.leg.br>**Para** Juridico <juridico@paraguacupaulista.sp.leg.br>**Data** 2022-07-25 09:29

despacho\_presidencia\_plc009.pdf (~199 KB)

Sr. Procurador Jurídico,

De ordem do Presidente da Câmara, encaminhamos a essa Procuradoria Jurídica projeto para análise e expedição do competente parecer técnico instrutivo, conforme despacho anexo.

—  
Daniela Abdalla Paiva Lúcio  
Câmara Municipal da Estância Turística de  
Paraguaçu Paulista - São Paulo





## Parecer Jurídico 44/2022

Protocolo 34626 Envio em 25/07/2022 13:06:47

**Assunto:** Projeto de Lei Complementar nº 09/2022

Trata-se de parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 09/22, de autoria do Sr. Prefeito Municipal, na qual dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde e dos servidores do magistério público municipal.

O art. 1º vem a dispor em seus incisos sobre os efeitos desta lei para as diversas categorias funcionais, a saber:

- Inciso I : os efeitos desta lei retroagirão á partir de 01/05/2022 para os agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde;
- Inciso II : os efeitos desta lei vigorarão á partir de 01/08/2022 para os demais servidores públicos municipais e os servidores do magistério público municipal.

Em razão do reajuste, ficam alteradas as Tabelas I e II do Anexo III - Escala de Referência Salarial, e do Anexo VI - Quadro de Pessoal e Vencimentos dos Cargos Efetivos de Agente Comunitário de Saúde, de Agente de Combate às Endemias e de Agente de Saúde, da Lei Complementar nº 058/2005, conforme art. 2º.

Esta lei se entende ainda aos proventos básicos dos aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Municipal de Seguridade Social (IMSS).

A matéria versa sobre vencimentos dos servidores, portanto de natureza de lei complementar, conforme Art. 54, § Único, Inciso IV da Lei Orgânica do Município, devendo ser submetida a dois turnos de votação, em obediência ao disposto no artigo 239, § 1º, alínea "b" do Regimento Interno, bem como obter votos da maioria absoluta para sua aprovação, nos termos do artigo 53, § 1º, Inciso IV do Regimento Interno.

**Art 54 – .....**

**Parágrafo único :** São leis complementares, além de outras indicadas nesta lei, as que disponham sobre:

**IV .....** todas as matérias relativas a cargos e salários, planos de reclassificação ou tabela de vencimentos, aumentos, revisões e vantagens pecuniárias, obedecidos os postulados constitucionais."

**"Art 239.....**

**§ 1º – Serão votados em dois turnos de discussão e votação:**

**b) os projetos de lei complementar;"**

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu PAULISTA (SP)  
CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: [www.camaraparaguacu.sp.gov.br](http://www.camaraparaguacu.sp.gov.br)



**“Art 53 – O Plenário deliberará :**

**§ - Por maioria absoluta :**

**IV – Criação de cargos, funções e empregos da administração direta, autárquica e fundacional, bem como sua remuneração;**”

A proposição se enquadra quanto aos aspectos de iniciativa e competência, nos termos do 55, § 3º, I da Lei Orgânica do Município, combinado com art. 201, Inciso II do Regimento Interno e art. 30, Inc. I, da Constituição Federal.

**“Art. 55 - A iniciativa das leis cabe a qualquer Vereador, a Mesa Diretora, a qualquer Comissão Permanente da Câmara de Vereadores, ao Prefeito e aos eleitores do Município.**

**§ 3º - São de iniciativa exclusiva do prefeito as leis que:**

**I - criem cargos, funções ou emprego públicos, fixem ou aumentem vencimentos ou vantagens dos servidores da administração direta, autárquica ou fundacional;**”

**“Art. 201 - É da competência privativa do Prefeito a iniciativa das leis que disponham sobre:**

**II - A criação de cargos, empregos e funções na Administração pública direta e autárquica bem como a fixação e aumento de sua remuneração;**”

**Art. 30 – Compete aos municípios:**

**I – legislar sobre assuntos de interesse local;**”

Todavia, solicitou o Autor, através do **Ofício nº 0586/2022-GAP**, protocolizado em 22/07/2022, que o projeto de lei seja apreciado através de sessão extraordinária, tendo em vista a sua relevância, por “se tratar de matéria relacionada aos vencimentos dos servidores públicos municipais. A urgência, considerando o período de recesso desse Legislativo, decorre da necessidade de se aprovar o reajuste dos vencimentos antes do final deste mês, para que o Departamento Municipal de Recursos Humanos tenha tempo hábil de elaboração da folha de pessoal da competência Julho/2022, a ser paga em 1º de agosto de 2022, e da folha de pessoal em separada das competências Maio e Junho/2022, a ser paga em 2 de agosto de 2022, relativa aos vencimentos retroativos dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde).”

A realização de sessão extraordinária está prevista no Art. 31, § 2º da Lei Orgânica do Município e 177, § 1º do Regimento Interno.

**“LOM - Art. 31 - A Câmara de Vereadores, durante as sessões legislativas, reunir-se-á ordinária, extraordinária e solenemente, conforme dispuser seu**





*Regimento Interno.*

**§2º** - As reuniões extraordinárias e solenes, realizáveis fora do estabelecido no parágrafo anterior, serão convocadas, em reunião ou fora dela, pelo Presidente da Câmara de Vereadores, com uma antecedência mínima de quarenta e oito horas."

**"RI - Art. 177** As sessões extraordinárias, no período normal de funcionamento da Câmara, serão convocadas pelo Presidente da Câmara, em sessão ou fora dela.

**§ 1º** Quando feita fora de sessão, a convocação será levada ao conhecimento dos Vereadores pelo Presidente da Câmara, através de comunicação pessoal e escrita, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas."

Por força do disposto no art. 17, inciso IX da Lei Orgânica, cabe ao Presidente efetuar a convocação de sessão extraordinária para apreciação de qualquer projeto de lei, desde que observado a urgência e a natureza relevante da matéria.

**Art. 17** - Ao Presidente da Câmara de Vereadores, seu representante máximo, cabem, entre outras, as seguintes atribuições:

**IX** - convocar extraordinariamente a Câmara Municipal, no período das reuniões ordinárias, quando a matéria a ser apreciada **for urgente e de natureza relevante**.

Analisando o ofício acima citado, entendo, s.m.j., que o presente projeto de lei é passível de ser apreciado através de sessão extraordinária, eis que as justificativas apresentadas são plausíveis para sua apreciação nesse rito. Todavia, como dito anteriormente, cabe ao Presidente efetuar a convocação de sessão extraordinária para apreciação de qualquer projeto de lei, desde que observado a urgência e a natureza relevante da matéria.

Isto posto e constando ainda de regularidade quanto aos aspectos gramaticais e regimentais, o presente Projeto de Lei é **legal**, face às normas vigentes, podendo ter regular tramitação e apreciação pelo Egrégio Plenário.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 25 de julho de 2022

Mario Roberto PLazza  
Procurador Jurídico

Assinado por: MARIO ROBERTO  
PLAZZA:01509458840, 2022.07.25  
13:06:27 BRT







Ofício Nº 0183-2022-C

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 25 de julho de 2022.

A  
Todos os Vereadores

Senhor Vereador,

Conforme dispõe o artigo 177 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, **CONVOCAMOS** Vossa Senhoria para **uma** (1) Sessão Extraordinária a ser realizada no **dia 26 de julho de 2022, terça-feira, às 10h**, para deliberação da seguinte pauta de autoria do sr. Prefeito Municipal:

I - Matéria em discussão e votação únicas:

**1) PROJETO DE LEI Nº 033/22**, que *"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito suplementar ao Orçamento Programa 2022, no valor de R\$ 10.419.660,00, destinado ao Gabinete do Prefeito e aos Departamentos Municipais, para atendimento das atividades e pagamento das despesas que especifica"*;

II - Matéria em 1º turno de discussão e votação:

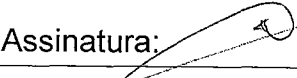
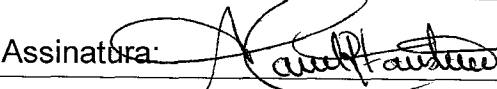
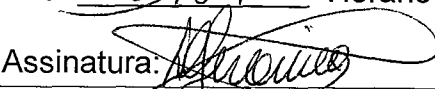

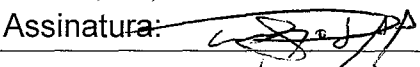
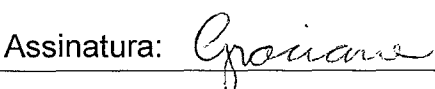



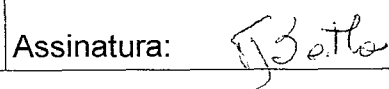
**2) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/22**, que *"Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, e dos servidores do magistério público municipal, conforme especifica"*.

Atenciosamente,

**JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR**  
Presidente da Câmara Municipal

# Convocação Sessão Extraordinária – Ofício nº 183-2022 - C

Data da Sessão: 25/07/2022, às 10h

Clemente da Silva Lima Junior	Data <u>25/07/22</u> Horário <u>9:30</u> Assinatura: 
Daniel Rodrigues Faustino	Data <u>25-07-22</u> Horário <u>09:40</u> Assinatura: 
Delmira de Moraes Jeronimo	Data <u>25/07</u> Horário <u>10:15</u> Assinatura: 
Derly Antonio da Silva	Data <u>25/07/22</u> Horário <u>09:41</u> Assinatura: 
Fabio Fernando Siqueira dos Santos	Data <u>25/7/22</u> Horário <u>9:10</u> Assinatura: 
Graciane da Costa Oliveira Cruz	Data <u>25/07/22</u> Horário <u>10:00</u> Assinatura: 
Marcelo Gregorio	Data <u>25.07.22</u> Horário <u>10:05</u> Assinatura: 
Paulo Roberto Pereira	Data _____ Horário _____ Assinatura: _____
Ricardo Rio Menezes Villarino	Data _____ Horário _____ Assinatura: _____
Rodrigo Almeida Domiciano de Andrade	Data <u>25/07/2022</u> Horário <u>09:00</u> Assinatura: 
Vanes Aparecida Pereira da Costa	Data <u>25/07/22</u> Horário <u>09:30</u> Assinatura: 
Vilma Lucilene Bertho Alvares	Data <u>25.07.22</u> Horário <u>9:44</u> Assinatura: 





## Parecer de Relator Especial 16/2022

Protocolo 34648 Envio em 26/07/2022 10:42:31

### **RELATOR ESPECIAL**

Ao Projeto de Lei Complementar nº 009/2022

Autora: **Sr. Prefeito Municipal ANTONIO TAKASHI SASADA**

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, e dos servidores do magistério público municipal, conforme especifica.

### **RELATÓRIO**

Nomeado pela Presidência da Casa para exarar, como Relator Especial, Parecer sobre o Projeto retro especificado, relato a seguir as observações que julgo pertinentes à matéria.

Este Projeto visa reajustar os vencimentos dos servidores públicos municipais, dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, e dos servidores do magistério público municipal, municipal, na seguinte conformidade:

I - com efeitos retroativos a 1º de maio de 2022: os vencimentos dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde ficam reajustados em 48,94% (quarenta e oito inteiros e noventa e quatro centésimos por cento), passando o piso salarial para R\$ 2.424,00 (dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais);

II - a partir de 1º de agosto de 2022:

a) os vencimentos dos servidores públicos municipais ficam reajustados em 6% (seis por cento), passando o piso salarial, Referência 38, para R\$ 1.284,88 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos);

b) os vencimentos dos servidores do magistério público municipal ficam reajustados em 6% (seis por cento), passando o piso salarial, Referência 15, para R\$ 2.409,26 (dois mil quatrocentos e nove reais e vinte e seis centavos).

Esta lei se entende ainda aos proventos básicos dos aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Municipal de Seguridade Social (IMSS).

Conta a presente propositura com o Demonstrativo da Geração de Despesa Obrigatória de Caráter Continuado, demonstrando os efeitos da implementação das medidas ora propostas, em atenção ao disposto no art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista (SP)

CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: [www.camaraparaguacu.sp.gov.br](http://www.camaraparaguacu.sp.gov.br)



A proposição se enquadra quanto aos aspectos de iniciativa e competência, nos termos do 55, § 3º, I da Lei Orgânica do Município, combinado com art. 201, Inciso II do Regimento Interno e art. 30, Inc. I, da Constituição Federal.

Ademais, o art. 5º deste Projeto de Lei Complementar determina que a vigência da Lei dar-se-á na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 1º de maio de 2022.

Após analisar o Projeto, não encontrei vícios que possam impedir sua tramitação, emitindo, assim, **PARECER FAVORÁVEL** ao Projeto de Lei Complementar nº 009/2022, em conformidade com o Parecer favorável expedido pelo Procurador Jurídico da Casa concernente à matéria, reservando ao Plenário a decisão final.

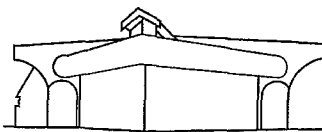
Palácio Legislativo Água Grande, 26 de julho de 2022.

**RODRIGO ALMEIDA DOMICIANO DE ANDRADE**  
Relator



Assinado por: RODRIGO ALMEIDA  
DOMICIANO DE  
ANDRADE:34952006816,  
2022.07.26 10:38:37 BRT





Palácio Legislativo Água Grande

*Câmara Municipal*  
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

## **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/22**

### **1º TURNO**

Sr. PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE VOTAÇÃO: **NOMINAL**  
QUÓRUM PARA APROVAÇÃO: **MAIORIA ABSOLUTA**

27ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE JULHO DE 2022

	NOME DO VEREADOR	SIM	NÃO	Ausente	Abstenção
1º	GRACIANE DA COSTA OLIVEIRA CRUZ	X			
2º	DERLY ANTONIO DA SILVA	X			
3º	CLEMENTE DA SILVA LIMA JUNIOR	X			
4º	JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR		Presidindo a Sessão		
5º	DANIEL RODRIGUES FAUSTINO	X			
6º	FÁBIO FERNANDO SIQUEIRA DOS SANTOS	X			
7º	MARCELO GREGORIO	X			
8º	VANES APARECIDA PEREIRA DA COSTA	X			
9º	RODRIGO ALMEIDA DOMICIANO DE ANDRADE	X			
10º	DELMIRA DE MORAES JERONIMO	X			
11º	RICARDO RIO MENEZES VILLARINO	X			
12º	VILMA LUCILENE BERTHO ALVARES	X			
13º	PAULO ROBERTO PEREIRA	X			
	TOTAIS	12	0	0	0

VANES APARECIDA PEREIRA DA COSTA  
1ª Secretária

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista (SP)

CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: [www.camaraparaguacu.sp.gov.br](http://www.camaraparaguacu.sp.gov.br)





## TERMO DE CERTIFICAÇÃO

**CERTIFICO** que o Projeto de Lei Complementar nº. 009/22, de autoria do sr. Prefeito Municipal, foi deliberado em 1ª turno na pauta da Ordem do Dia da 27ª Sessão Extraordinária realizada em 26 de julho de 2022, sendo **aprovado** por doze (12) votos favoráveis dos Vereadores, obtendo, dessa forma, o quórum de maioria absoluta necessário à sua aprovação.

**Despacho:** De ordem do Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Roberto Baptista Junior, disponibilizar o Projeto à pauta da Ordem do Dia da Próxima Sessão Plenária para deliberação em 2º turno.

Departamento Legislativo, 26 / 07 / 2022

**EDINEY BUENO**  
Agente Administrativo

Termo de certificação  
Assinado digitalmente conforme Resolução nº 113, de 06 de julho de 2021, por Ediney Bueno.  
Este documento é uma via autêntica, conforme estampa contida na lauda seguinte.

Assinado por: EDINEY  
BUENO:33129563822, 2022.07.26  
11:31:27 BRT







**Ofício Nº 0185-2022-C**

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 26 de julho de 2022.

A  
Todos os Vereadores

Senhor Vereador,

Conforme dispõe o artigo 177 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, **CONVOCAMOS** Vossa Senhoria para **duas** (2) Sessões Extraordinárias a serem realizadas nas datas abaixo discriminadas, para deliberação de pauta de autoria do sr. Prefeito Municipal, a saber:

**1ª Sessão)** na quarta-feira, dia **27 de julho de 2022, às 14h:**

I - Matéria em 2º turno de discussão e votação:

**1) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/22**, que “Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, e dos servidores do magistério público municipal, conforme especifica”;

II - Matérias em 1º turno de discussão e votação:

**2) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010/22**, que “Altera a Lei Complementar nº 02/1997, para instituir e regulamentar a gratificação de função e a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar”;

**3) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011/22**, que “Altera a Lei Complementar nº 058/2005, para instituir e regulamentar a Ouvidoria-Geral do Município e a Ouvidoria-Geral do Sistema Único de Saúde, regulamentar a Comissão Permanente de Julgamento e Licitações e incluir na estrutura administrativa da Prefeitura a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar”.

**2ª Sessão)** na quinta-feira, dia **28 de julho de 2022, às 14h:**

I - Matérias em 2º turno de discussão e votação:



Palácio Legislativo Água Grande

*Câmara Municipal*

Estância Turística de Paraguaçu Paulista

**1) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010/22**, que “Altera a Lei Complementar nº 02/1997, para instituir e regulamentar a gratificação de função e a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar”;

**2) PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011/22**, que “Altera a Lei Complementar nº 058/2005, para instituir e regulamentar a Ouvidoria-Geral do Município e a Ouvidoria-Geral do Sistema Único de Saúde, regulamentar a Comissão Permanente de Julgamento e Licitações e incluir na estrutura administrativa da Prefeitura a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar”.

Atenciosamente,



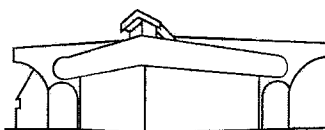
**JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR**  
Presidente da Câmara Municipal

# Convocação Sessão Extraordinária – Ofício nº 185-2022 - C

Data das Sessões: 27 e 28/07/2022, às 14h

Clemente da Silva Lima Junior	Data _____ Horário _____ Assinatura: _____
Daniel Rodrigues Faustino	Data <u>26/07/22</u> Horário <u>11:00</u> Assinatura: <u>[Assinatura]</u>
Delmira de Moraes Jeronimo	Data _____ Horário _____ Assinatura: _____
Derly Antonio da Silva	Data <u>26/07/22</u> Horário <u>10:59</u> Assinatura: <u>[Assinatura]</u>
Fabio Fernando Siqueira dos Santos	Data <u>26/7/22</u> Horário <u>11:00</u> Assinatura: <u>[Assinatura]</u>
Graciane da Costa Oliveira Cruz	Data <u>26/08/22</u> Horário <u>10:55</u> Assinatura: <u>Graciane</u>
Marcelo Gregorio	Data <u>26/07/22</u> Horário <u>10:54</u> Assinatura: <u>[Assinatura]</u>
Paulo Roberto Pereira	Data _____ Horário _____ Assinatura: _____
Ricardo Rio Menezes Villarino	Data _____ Horário _____ Assinatura: _____
Rodrigo Almeida Domiciano de Andrade	Data <u>26/07/2022</u> Horário <u>10:57</u> Assinatura: <u>[Assinatura]</u>
Vanes Aparecida Pereira da Costa	Data <u>26/07/22</u> Horário _____ Assinatura: <u>[Assinatura]</u>
Vilma Lucilene Bertho Alvares	Data <u>26/07/22</u> Horário _____ Assinatura: <u>[Assinatura]</u>





Palácio Legislativo Água Grande

*Câmara Municipal*  
Estância Turística de Paraguaçu Paulista

## **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/22**

### **2º TURNO**

Sr. PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO DE VOTAÇÃO: **NOMINAL**  
QUÓRUM PARA APROVAÇÃO: **MAIORIA ABSOLUTA**

**28ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE JULHO DE 2022**

	NOME DO VEREADOR	SIM	NÃO	Ausente	Abstenção
1º	DANIEL RODRIGUES FAUSTINO	X			
2º	FÁBIO FERNANDO SIQUEIRA DOS SANTOS	X			
3º	DELMIRA DE MORAES JERONIMO	X			
4º	VILMA LUCILENE BERTHO ALVARES	X			
5º	VANES APARECIDA PEREIRA DA COSTA	X			
6º	CLEMENTE DA SILVA LIMA JUNIOR	X			
7º	RODRIGO ALMEIDA DOMICIANO DE ANDRADE	X			
8º	GRACIANE DA COSTA OLIVEIRA CRUZ	X			
9º	JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR			Presidindo a SessãoZ	
10º	MARCELO GREGORIO	X			
11º	PAULO ROBERTO PEREIRA	X			
12º	DERLY ANTONIO DA SILVA	X			
13º	RICARDO RIO MENEZES VILLARINO	X			
	TOTAIS	12	0	0	0

VANES APARECIDA PEREIRA DA COSTA  
1ª Secretária

Plenário "Vereador Oscar Porfírio Neto"

Rua Guerino Matheus, 205 – Fone/Fax (18) 3361-1047 – CEP 19703-060 – Paraguaçu Paulista (SP)  
CNPJ 51.500.619/0001-04 – Website: [www.camaraparaguacu.sp.gov.br](http://www.camaraparaguacu.sp.gov.br)



## TERMO DE CERTIFICAÇÃO

**CERTIFICO** que o Projeto de Lei Complementar nº. 009/22, de autoria do sr. Prefeito Municipal, foi deliberado em 2ª turno na pauta da Ordem do Dia da 28ª Sessão Extraordinária realizada em 27 de julho de 2022, sendo **aprovado** por doze (12) votos favoráveis dos Vereadores, obtendo, dessa forma, o quórum de maioria absoluta necessário à sua aprovação.

**Despacho:** De ordem do Presidente da Câmara Municipal, Vereador José Roberto Baptista Junior, expedir Autógrafo para assinatura da Mesa Diretora e posterior encaminhamento ao sr. Prefeito Municipal para fins de sanção e promulgação.

Departamento Legislativo, 27 / 07 / 2022

**EDINEY BUENO**  
Agente Administrativo

Termo de certificação  
Assinado digitalmente conforme Resolução nº 113, de 06 de julho de 2021, por Ediney Bueno.  
Este documento é uma via autêntica, conforme estampa contida na lauda seguinte.

Assinado por: EDINEY  
BUENO:33129563822, 2022.07.27  
14:44:01 BRT







## **Autógrafo 46/2022**

Protocolo 34665 Envio em 27/07/2022 15:31:57

### **AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009-2022**

#### **Autoria do Projeto: sr. Prefeito Municipal**

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, e dos servidores do magistério público municipal, conforme especifica.

#### **A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARAGUAÇU PAULISTA**

#### **A P R O V A:**

**Art. 1º** Esta lei complementar reajusta os vencimentos dos servidores públicos municipais, dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, e dos servidores do magistério público municipal, na seguinte conformidade:

I - com efeitos retroativos a 1º de maio de 2022: os vencimentos dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde ficam reajustados em 48,94% (quarenta e oito inteiros e noventa e quatro centésimos por cento), passando o piso salarial para R\$ 2.424,00 (dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais);

II - a partir de 1º de agosto de 2022:

a) os vencimentos dos servidores públicos municipais ficam reajustados em 6% (seis por cento), passando o piso salarial, Referência 38, para R\$ 1.284,88 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos);

b) os vencimentos dos servidores do magistério público municipal ficam reajustados em 6% (seis por cento), passando o piso salarial, Referência 15, para R\$ 2.409,26 (dois mil quatrocentos e nove reais e vinte e seis centavos).

**Art. 2º** Os novos valores dos vencimentos constam das Tabelas I e II do Anexo III - Escala de Referência Salarial, e do Anexo VI - Quadro de Pessoal e Vencimentos dos Cargos Efetivos de Agente Comunitário de Saúde, de Agente de Combate às Endemias e de Agente de Saúde, da Lei Complementar nº 058, de 22 de dezembro de 2005, conforme os anexos desta lei complementar.

**Art. 3º** A alteração promovida por esta lei complementar se estende aos proventos básicos dos aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Municipal de Seguridade Social (IMSS).

**Art. 4º** As despesas decorrentes desta lei complementar correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

**Art. 5º** Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 2022.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 26 de julho de 2022.

**JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR**  
Presidente da Câmara

**MARCELO GREGORIO**  
Vice-Presidente



**VANES APARECIDA PEREIRA DA COSTA**

1ª Secretária

**GRACIANE DA COSTA OLIVEIRA CRUZ**

2ª Secretária

**REGISTRADO** em livro próprio na data supra e **PUBLICADO** por Edital afixado em lugar público de costume.

**ALESSANDRO CÉSAR CUNHA**

Chefe de Gabinete

“ANEXO III  
ESCALA DE REFERÊNCIA SALARIAL  
Lei Complementar nº 058, de 22 de dezembro de 2005

Tabela I – Servidores Públicos Municipais				
Referência	Valor (R\$)		Referência	Valor (R\$)
--	--		57	2.041,59
--	--		58	2.094,01
--	--		59	2.148,15
--	--		60	2.204,14
38	1.284,88		61	2.262,11
39	1.304,55		62	2.322,20
40	1.337,90		63	2.384,52
41	1.371,93		64	2.449,31
42	1.406,78		65	2.516,72
43	1.442,21		66	2.587,01
44	1.478,54		67	2.660,42
45	1.515,65		68	2.737,21
46	1.553,69		69	2.817,78
47	1.592,48		70	2.902,49
48	1.632,28		71	2.991,86
49	1.673,06		72	3.175,87
50	1.714,88		73	3.359,89
51	1.757,76		74	3.544,89
52	1.801,80		75	3.700,91
53	1.847,08		76	3.863,68
54	1.893,60		77	4.037,66
55	1.941,48		78	4.258,25
56	1.990,78		79	4.372,08

Notas:

- (1) Vigência: a partir de 01/08/2022
- (2) Percentual de atualização das referências salariais: 6%.
- (3) Referência salarial básica: 38
- (4) Valor do piso salarial: R\$ 1.284,88

Notas:

Notas:

- Autógrafo 46/2022 Protocolo 34665 Envio em 27/07/2022 15:31:57  
Assinado digitalmente conforme Resolução nº 113, de 06 de julho de 2021, por Mesa Diretora.  
Este documento é uma cópia da versão original disponível em: [https://sapl.paraguacuapaulista.sp.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2022/18300/18300\\_original.pdf](https://sapl.paraguacuapaulista.sp.leg.br/media/sapl/public/materialegislativa/2022/18300/18300_original.pdf)



Assinado por: JOSE ROBERTO  
BAPTISTA JUNIOR:29737240820,  
2022.07.27 14:58:53 BRT



Assinado por: MARCELO  
GREGORIO:27677356869,  
2022.07.27 14:59:52 BRT



Assinado por: VANES APARECIDA  
PEREIRA DA COSTA:31292006811,  
2022.07.27 15:08:05 BRT



Assinado por: GRACIANE DA COSTA  
OLIVEIRA CRUZ:30691917892,  
2022.07.27 15:15:16 BRT



Assinado por: ALESSANDRO CESAR  
CUNHA:12107503842, 2022.07.27  
15:27:25 BRT





**Ofício Nº 0187-2022**

Estância Turística de Paraguaçu Paulista, 27 de julho de 2022.

A Sua Excelência o Senhor  
**ANTONIO TAKASHI SASADA**  
 Prefeitura Municipal da Estância Turística de  
 PARAGUÁÇU PAULISTA (SP)

Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal,

Encaminhamos a Vossa Excelência, para os devidos fins, o Autógrafo referente ao Projeto aprovado na 28ª Sessão Extraordinária realizada nesta data, a saber:

**1) AUTÓGRAFO Nº 046/22**, relativo ao Projeto de Lei Complementar nº 009/22, que *"Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, e dos servidores do magistério público municipal, conforme especifica"*.

Atenciosamente,

**JOSÉ ROBERTO BAPTISTA JUNIOR**  
 Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA  
 TURÍSTICA DE PARAGUÁÇU PAULISTA - SP  
 Protocolo nº 2050  
 Data: 27 / 07 / 2022  
R. B. Dias  
 VISTO



### LEI COMPLEMENTAR Nº. 274, DE 27 DE JULHO DE 2022

Autoria do Projeto: Sr. Prefeito

Dispõe sobre o reajuste dos vencimentos dos servidores públicos municipais, dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, e dos servidores do magistério público municipal, conforme especifica.

ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN), Prefeito do Município da Estância Turística de Paraguaçu Paulista, no uso de atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ele PROMULGA a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Esta lei complementar reajusta os vencimentos dos servidores públicos municipais, dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde, e dos servidores do magistério público municipal, na seguinte conformidade:

I - com efeitos retroativos a 1º de maio de 2022: os vencimentos dos agentes comunitários de saúde, agentes de combate às endemias e agentes de saúde ficam reajustados em 48,94% (quarenta e oito inteiros e noventa e quatro centésimos por cento), passando o piso salarial para R\$ 2.424,00 (dois mil quatrocentos e vinte e quatro reais);

II - a partir de 1º de agosto de 2022:

a) os vencimentos dos servidores públicos municipais ficam reajustados em 6% (seis por cento), passando o piso salarial, Referência 38, para R\$ 1.284,88 (um mil duzentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos);

b) os vencimentos dos servidores do magistério público municipal ficam reajustados em 6% (seis por cento), passando o piso salarial, Referência 15, para R\$ 2.409,26 (dois mil quatrocentos e nove reais e vinte e seis centavos).

Art. 2º Os novos valores dos vencimentos constam das Tabelas I e II do Anexo III - Escala de Referência Salarial, e do Anexo VI - Quadro de Pessoal e Vencimentos dos Cargos Efetivos de Agente Comunitário de Saúde, de Agente de Combate às Endemias e de Agente de Saúde, da Lei Complementar nº 058, de 22 de dezembro de 2005, conforme os anexos desta lei complementar.

Art. 3º A alteração promovida por esta lei complementar se estende aos proventos básicos dos aposentados e pensionistas, segurados do Instituto Municipal de Seguridade Social (IMSS).

Art. 4º As despesas decorrentes desta lei complementar correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 2022.

Estância Turística de Paraguaçu Paulista-SP, 27 de julho de 2022.

ANTONIO TAKASHI SASADA (ANTIAN)

Prefeito

REGISTRADA nesta Secretaria em livro próprio, na data supra e PUBLICADA por Edital afixado em lugar público de costume.

LÍBIO TAIETTE JÚNIOR

Chefe de Gabinete





## "ANEXO III

## ESCALA DE REFERÊNCIA SALARIAL

Lei Complementar nº 058, de 22 de dezembro de 2005

Tabela I – Servidores Públicos Municipais

Referência	Valor (R\$)	Referência	Valor (R\$)
--	--	57	2.041,59
--	--	58	2.094,01
--	--	59	2.148,15
--	--	60	2.204,14
38	1.284,88	61	2.262,11
39	1.304,55	62	2.322,20
40	1.337,90	63	2.384,52
41	1.371,93	64	2.449,31
42	1.406,78	65	2.516,72
43	1.442,21	66	2.587,01
44	1.478,54	67	2.660,42
45	1.515,65	68	2.737,21
46	1.553,69	69	2.817,78
47	1.592,48	70	2.902,49
48	1.632,28	71	2.991,86
49	1.673,06	72	3.175,87
50	1.714,88	73	3.359,89
51	1.757,76	74	3.544,89
52	1.801,80	75	3.700,91
53	1.847,08	76	3.863,68
54	1.893,60	77	4.037,66
55	1.941,48	78	4.258,25
56	1.990,78	79	4.372,08

## Notas:

- (1) Vigência: a partir de 01/08/2022
- (2) Percentual de atualização das referências salariais: 6%.
- (3) Referência salarial básica: 38
- (4) Valor do piso salarial: R\$ 1.284,88

Tabela II – Profissionais do Magistério Público Municipal

Referência	Valor (R\$)
15	2.409,26
16	2.451,19
17	2.556,85
18	2.667,78
19	2.784,24
20	2.906,55
21	3.034,97
22	3.169,81
23	3.311,38
24	3.460,03
25	3.616,13
26	3.780,01
27	3.952,09
28	4.132,80
29	4.322,52
30	4.521,72

## Notas:

- (1) Vigência: a partir de 01/08/2022
- (2) Percentual de atualização das referências: 6%.
- (3) Valor da referência salarial básica (15): R\$ 2.409,26" (NR)



"ANEXO VI  
QUADRO DE PESSOAL E DE VENCIMENTOS DOS CARGOS EFETIVOS DE AGENTE  
COMUNITÁRIO DE SAÚDE, DE AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS E DE AGENTE DE SAÚDE  
Lei Complementar nº 058, de 22 de dezembro de 2005

Quantidade	Denominação	2022 / Vencimentos – R\$
26	AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS	2.424,00
59	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	2.424,00
31	AGENTE DE SAÚDE	2.424,00

Notas:

- (1) Vigência: a partir de 01/05/2022  
(2) Percentual de atualização das referências: 48,94%.  
(3) Valor do piso salarial: R\$ 2.424,00  
(4) O piso salarial constante desta tabela será reajustado, anualmente, em 1º de janeiro." (NR)